

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**SONIA FLORES PINTO RODRIGUES**

**A emergência de uma legislação comprometida com o repúdio ao uso  
de animais não humanos nos circos, na Região Sul.**

**CURITIBA**

**2011**

**SONIA FLORES PINTO RODRIGUES**

**A emergência de uma legislação comprometida com o repúdio ao uso  
de animais não humanos nos circos, na Região Sul.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Especialização em  
Sociologia Política da Universidade Federal do  
Paraná, como requisito parcial para a obtenção do  
título de Especialista em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Braga

**Curitiba**

**2011**

## **DECLARAÇÃO DO AUTOR**

Declaro, para os devidos fins de pesquisa acadêmica, didática e técnico científica, que este trabalho de conclusão de curso pode ser parcialmente utilizado, desde que citada a fonte e o autor.

Curitiba, 03 de novembro de 2011.

Sonia Flores Pinto Rodrigues

**SONIA FLORES PINTO RODRIGUES**

**A emergência de uma legislação comprometida com o repúdio ao uso  
de animais não humanos nos circos, na Região Sul.**

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

EXAMINADOR:

Prof. Dr. Sérgio Braga

*Dedico este trabalho aos animais não humanos, possuidores da sensibilidade que, nós seres humanos por vezes carecemos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me conferido clareza, concentração e persistência para a realização deste trabalho, permitindo ao longo dos dias a inspiração vencesse o cansaço.

Agradeço a minha filha pela sugestão do tema e pelos conselhos de leituras que oferecessem fundamentação teórica sobre a considerabilidade moral dos animais não humanos.

Agradeço ao meu orientador, por aceitar esta proposta temática ainda tão pouco usual e pelas oportunas correções.

Agradeço, principalmente, aos animais não humanos que constituíram inspiração para as reflexões aqui expostas.

*“Os animais do mundo existem por razões próprias. Eles não foram feitos para os humanos mais do que as pessoas negras foram feitas para as brancas ou as mulheres criadas para os homens.”*

Alice Walker

Escritora e feminista norte-americana.

## **RESUMO**

Este trabalho propõe elucidar a emergência de uma legislação que responde ao repúdio no uso dos animais não humanos nos circos. Tal proposta é feita a partir de um recorte deste fenômeno na Região Sul do país. A pesquisa exploratória e a análise qualitativa procurou nos documentos legislativos dos estados as evidências de uma ação política relacionada ao respeito à vida. Para elencar argumentos neste contexto foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental de apoio, que procurou conhecer os fundamentos da consideração moral dos animais não humanos e o teor dos documentos federais neste contexto, também houve a preocupação de construir um marco teórico que ajudasse na compreensão da atividade circense em si e dos maus-tratos cometidos contra os animais não humanos. Foi constatado que as discussões no âmbito dos estados tem avançado a passos mais largos que as discussões no âmbito federal. A qualidade das justificativas apresentadas nos projetos de lei foram fundamentais para a aprovação das leis estaduais vigentes. O respeito à vida proposto por uma legislação coerente responde às demandas de uma sociedade que procura uma nova ética na relação entre o ser humano e o meio ambiente, fundamental na construção de uma cultura da vida.

Palavras-chave: direito dos animais, bem-estar animal, circos.



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01 – Demonstrativo das leis e projetos de lei que propõem a proibição do uso de animais não humanos nos circos.

Tabela 02 – Demonstrativo das justificativas apresentadas nos projetos de lei referentes à proibição do uso de animais nos circos.

Tabela 03 – Comparativo das leis paranaense e gaúcha que envolvem a proibição do uso de animais não humanos nos circos.

Tabela 04 – Comparação do tratamento oferecido aos animais não humanos nos projetos de lei e leis dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

## **LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS**

ANDA – Agência de Notícias de Direitos Animais

Art. - Artigo

DOE – Diário Oficial do Estado

Gespública - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Nº – número

ONGs – Organizações não-governamentais

PL – Projeto de lei

PLC – Projeto de lei da câmara

PR – Paraná

SC – Santa Catarina

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

RS – Rio Grande do Sul

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

WSPA - World Society for the Protection of Animals

## SUMÁRIO

RESUMO .....	08
LISTA DE TABELAS .....	09
LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS .....	10
 1 INTRODUÇÃO .....	 13
2 METODOLOGIA .....	17
2.1 SITUANDO O PROBLEMA .....	17
2.2 LOCALIZANDO OS OBJETIVOS DA PESQUISA .....	19
2.3 A ABORDAGEM DA PESQUISA .....	20
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	22
3.1 A CONSIDERAÇÃO MORAL DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS .....	22
3.2 FUNDAMENTOS BIOLÓGICOS DA CONSIDERAÇÃO MORAL DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS .....	24
3.3 O USO DE ANIMAIS NÃO HUMANOS NA ATIVIDADE CIRCENSE .....	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	32
5 CONCLUSÃO .....	42
6 REFERÊNCIAS .....	44
7 ANEXOS .....	48
7.1 ANEXO 1 – Espelho do Projeto de Lei nº 737/2007 – Estado do Paraná .....	49
7.2 ANEXO 2 - Projeto de Lei nº 737/2007 – Estado do Paraná .....	50
7.3 ANEXO 3 – Lei nº 16.667/2007 - Estado do Paraná .....	53
7.4 ANEXO 4 - Espelho do Projeto de Lei nº 0360.0/2007 – Estado	

de Santa Catarina .....	54
7.5 ANEXO 5 - Projeto de Lei nº 0360.0/2007 – Estado de Santa Catarina .....	57
7.6 ANEXO 6 - Espelho do Projeto de Lei nº 0026.0/2011 – Estado de Santa Catarina .....	58
7.7 ANEXO 7 - Projeto de Lei nº 0026.0/2011 – Estado de Santa Catarina .....	60
7.8 ANEXO 8 - Espelho do Projeto de Lei nº 118/2002 – Estado do Rio Grande do Sul .....	61
7.9 ANEXO 9 - Projeto de Lei nº 118/2002 – Estado do Rio Grande do Sul .....	63
7.10 ANEXO 10 - Espelho do Projeto de Lei nº 108/2007 – Estado do Rio Grande do Sul .....	64
7.11 ANEXO 11 - Projeto de Lei nº 108/2007 – Estado do Rio Grande do Sul .....	65
7.12 ANEXO 12 - Lei nº 12.994/2008 – Estado do Rio Grande do Sul .....	67

## 1. INTRODUÇÃO

O atual estado de degradação da natureza contrasta com a perspectiva da sustentabilidade. A tomada de consciência da humanidade é um processo lento, que requer uma reflexão complexa da realidade, condição essencial para reavaliar as práticas sociais que impõem danos à natureza e aos seres vivos (Rodrigues, 2011).

Neste contexto, Moscovici (2007) aponta que as histórias da sociedade e da natureza são estreitamente intrincadas, havendo dificuldades de estabelecer limites entre elas. Contudo, é evidente que o ser humano se exterioriza deste processo, ao tratar a natureza como simples fonte de recursos em suas diversas atividades. Face ao grave dano que o ser humano causa a natureza e suas consequências já anunciadas, Leff (2006) defende uma racionalidade ambiental, que considere imperativa a necessidade de proteger os ecossistemas.

O atual estágio de degradação dos ecossistemas pode ser evidenciado a partir de situações como a supressão de habitats a partir de atividades como o desmatamento, a mineração, o despejo de poluentes, entre outras - causando a morte de numerosos animais. Outra situação é o fenômeno do aquecimento global, amplamente divulgado por Al Gore (2006) que nos convoca a refletir sobre as consequências das atividades humanas para os ecossistemas.

Morin (2006) alerta para o problema da inteligência cega, que atrapalha a tomada de consciência, processo fundamental para entender a complexidade do real. Neste contexto, a humanidade tem dificuldade de atribuir aos seus atos problemas como a escassez de água e solos férteis, assim como os crescentes transtornos à saúde causados pela poluição.

Diante dos impasses causados pelos problemas ambientais contemporâneos, emerge uma interessante perspectiva de problematização da relação humana com a natureza: a defesa da consideração moral dos animais não humanos. A filosofia que fundamenta tal defesa é conhecida como direito dos animais, vertente que discute o tratamento oferecido aos animais não humanos.

A necessidade de tal defesa é fundamentada na atual situação de exploração e abusos aos quais os animais são submetidos. Neste contexto, bovinos, suínos e aves, sofrem por serem criados em espaços inadequados às suas necessidades, com o abate realizado com métodos desumanos, transporte inadequado, entre outros problemas (WSPA, 2000). Nas residências, os animais de companhia sofrem com uma alimentação incorreta, com um ambiente árido e entediante, falta de cuidados veterinários, abandono, entre outros problemas (WSPA, 2000).

A fundamentação científica da defesa dos animais está associada à percepção da dor e a presença da sentiência, conceito este associado à consciência e a vida mental subjetiva dos animais não humanos (Molento, 2010). Adicionalmente, Felipe (2008) debate os prejuízos causados pela ética antropocêntrica, cujos valores morais não incluem os demais seres vivos, justificando assim a atual visão utilitarista de tratamento da natureza.

Uma questão especialmente conflitante com a defesa da consideração moral dos animais não humanos é o seu uso nas atividades circenses. Nos circos os animais são frequentemente submetidos a maus tratos como o confinamento, a privação do comportamento inato, o contínuo transporte e o treinamento por reforço punitivo<sup>1</sup> (WSPA, 2006).

Neste contexto, a legislação que defende os animais ainda é bastante frágil, e atualmente, está representada pela Lei nº 9.605/98, que dispõe os maus-tratos aos animais como crime (Art. 32), mas falha em não especificar adequadamente o que são maus-tratos (Rodrigues, 2011). Tal situação dificulta a condenação dos agressores e não oferece subsídios adequados para a criminalização dos métodos agressivos que estão relacionados à manutenção e ao adestramento de animais nos circos. Numa tentativa de responder a esta falha existe o PLC 215/2007, que visa instituir um Código federal de bem-estar animal.

O repúdio ao uso de animais não humanos na prática circense cresce contando com o apoio de ONGs como a World Society for the Protection of Animals<sup>2</sup> – WSPA,

---

<sup>1</sup> Reforço punitivo é uma referência ao uso de práticas como a privação de alimento, acoitamento com uso de chicotes e ferrões, privação de espaço com uso de coleiras e correntes, entre outros métodos.

<sup>2</sup> Sociedade Mundial de Proteção Animal.

que apóia a campanha e abaixo assinado “Circo legal não tem animal” e a Agência de Notícias de Direitos Animais – ANDA, que veicula artigos jornalísticos sobre o assunto.

No âmbito da legislação federal, a restrição ao uso de animais nos circos está presente no PL 7291/2006, de autoria do Senador Álvaro Dias, do estado do Paraná, que aponta num de seus artigos:

**Art. 6º** Os animais da fauna silvestre brasileira e exótica mantidos pelos circos, ainda que não utilizados nos espetáculos circenses, deverão ser registrados no órgão ambiental competente e somente poderão ser mantidos, expostos ao público e transportados sob condições definidas na regulamentação desta Lei.

Contudo, vários estados e municípios brasileiros encontram-se em diferentes estágios de discussão acerca desta questão, havendo uma tendência geral a proibição do uso de animais na atividade circense. Na região sul, o estado do Rio Grande do Sul já aderiu a esta proibição por meio da Lei 12.994/2008, seguido pelo estado do Paraná recentemente aderiu por meio da Lei 16.667/2010. O estado de Santa Catarina carece de legislação neste contexto, contando somente com o PL 0026.0/2011.

Neste contexto, Felipe (2008) evidencia a importância da ética na prática ambiental contemporânea como forma de orientar e regular decisões e ações humanas sobre a natureza. Em coerência, Layrargues (2006) ressalta que a dimensão ética precisa de integrar-se com a dimensão política, a fim de garantir uma educação ambiental efetiva, que propicie uma ação coletiva, que não seja mediada exclusivamente pelo capitalismo, enfrentando assim a exploração da natureza e do ser humano pelo próprio ser humano.

Demo (1997) considera o conhecimento como potencialmente inovador e incontestavelmente político, sendo toda intervenção alicerçada no conhecimento como inovadora, contudo o ser humano padeceu muito mais por carecer de ética do que de cientificidade no uso do conhecimento. Face esta reflexão, é fundamental que discussões como o uso de animais nos circos sejam realizadas à luz das considerações humanísticas.

Assim, o presente trabalho pretende contribuir na elucidação do contexto político envolvido no repúdio ao uso de animais não humanos nos circos, apontando a

necessidade difundir a consideração moral para estes entes por meio de ações políticas eticamente comprometidas com o respeito à vida.



## 2. METODOLOGIA

### 2.1. SITUANDO O PROBLEMA

O ser humano ao longo dos anos vem modificando os ambientes naturais como forma a obter melhores condições a sua sobrevivência. A partir desta lógica foram erguidas cidades, zonas de produção rural, parques industriais, entre outras modificações. Contudo tais avanços nem sempre vieram acompanhados de melhores condições de sobrevivência, sendo o caso mais alarmante a atual preocupação com o aquecimento global, que de acordo com (Al Gore, 2006) trata-se de uma situação que convida a humanidade a reflexão sobre sua atual forma de convívio com a natureza.

Leff (2006) aponta que a dificuldade humana de entender como suas atividades devem estar vinculadas a uma racionalidade ambiental, geram numerosos problemas sociais como a escassez de água e a fome. Adicionalmente, Felipe (2006) integra a considerabilidade moral dos animais não humanos às questões ambientais da atualidade. Assim, a proteção dos animais não humanos ganha *status* frente as mazelas ambientais, uma vez que a compreensão da consideração moral destes entes, pode ser interpretada como uma atitude de respeito à vida, a partir de uma perspectiva complexa.

Paralelamente a este debate, os recentes estudos em bem-estar animal e as considerações teóricas da filosofia do direito dos animais suscitam na sociedade reflexões acerca da consideração moral legada aos animais não humanos, que sofrem numerosos abusos em função do preconceito especista<sup>3</sup>. Esta modalidade de segregação é discutida por Silva (2009, p. 52) que esclarece da seguinte forma: “O especismo é uma discriminação baseada na espécie; segundo esta visão, os interesses de um indivíduo têm menor importância pelo fato de este pertencer a uma espécie diferente da nossa”.

Os conhecimentos que oferecem suporte a consideração moral dos animais não humanos vêm integrando contribuições de diversas áreas do conhecimento, de forma a oferecer bases para o enfrentamento de diversos problemas sociais que envolvem os animais não humanos (Rodrigues, 2011).

---

3

Termo cunhado por Richard Ryder por volta da década de 1970, que passou a figurar várias de suas publicações.

Os esforços da sociedade civil organizada – na forma de ONGs e dos legisladores – na apresentação de projetos de lei são importantes na produção de mudanças sociais e políticas coerentes com uma cultura da vida. O surgimento desta cultura é relatado por Moscovici (2007) que a considera como uma resposta a exteriorização da natureza, que propicia a atual situação de degradação do meio ambiente.

O entendimento da exteriorização da natureza como prejudicial a relação do ser humano com o meio ambiente oferece bases a crescente preocupação da sociedade com as questões que envolvem animais não humanos. Neste contexto, Sauvé (2005) alerta sobre a necessidade de superar o distanciamento entre o ser humano e a natureza como forma de solucionar os atuais problemas socioambientais.

A superação das mazelas da humanidade é um empreendimento que exige saberes complexos que, segundo Morin (2002) passa pela compreensão da identidade humana e da identidade planetária. Nesta lógica, a consideração moral dos animais não humanos, que compartilham conosco características como a sensibilidade e a percepção da dor (Molento, 2010) contribui imensamente para aproximar o ser humano da natureza, proporcionando um aprimoramento de sua concepção ética de respeito à vida.

O estado da arte deste tema ainda é restrito a poucos estudos em língua portuguesa (Rodrigues, 2011), resultado de uma produção científica bastante recente (Molento, 2007), havendo poucas revistas nacionais que possuem publicações vinculando conhecimentos sobre os animais não humanos com as ciências humanas como a revista *éthic@* - vinculada a UFSC e a Revista Brasileira de Direito Animal – vinculada a UFBA. Diante deste cenário há uma lacuna que propõe a necessidade de estudos que vinculem a consideração moral dos animais não humanos com situações conflitantes como é o uso dos mesmos nas práticas circenses.

Os circos são locais que devem ser compreendidos como possuidores de valiosas contribuições culturais à sociedade. Contudo, a interpretação da cultura, um elemento por natureza inacabado, deve ser feito a partir de uma gama de influências vindos dos diversos segmentos da sociedade (Ginzburg, 2006). Ainda neste contexto, Coelho (1981) aponta que:

De um modo ou de outro, é pacífico que a ação cultural ou é uma operação sociocultural ou não existe. Mesmo assim, uma concepção mais

radical de ação cultural, e acaso mais digna, é a que aposta na tese segundo a qual o objetivo da ação cultural não é construir um tipo determinado de sociedade, mas provocar as consciências para que se apossem de si mesmas e criem as condições para a totalização, no sentido dialético do termo, de um novo tipo de vida derivado do enfrentamento aberto das tensões e conflitos surgidos na prática social concreta. (COELHO, 1981, p.42)

Tais contribuições nos convidam a refletir sobre a dinâmica da cultura que deve ser contributiva para proporcionar a elevação de valores sociais e individuais, de forma que é desejável que as atividades culturais propiciem na população não somente uma admiração estética como também uma atitude crítica. Em reforço Coelho (1981) aponta a importância de utilizar a arte como instrumento de mudança do ser humano e do mundo.

O uso de animais não humanos nos circos pode inicialmente parecer uma prática sem implicações éticas, contudo as denúncias de abusos demonstram o contrário. A mansidão e obediência de animais selvagens como elefantes e tigres são obtidas a partir de práticas punitivas que envolvem surras, confinamento, privação de alimento, entre outras (Martins, 2008). Tais situações, hoje conhecidas pela população, tornam os espetáculos circenses envolvendo animais não humanos alvo de repúdio.

Ainda que se possa argumentar que a presença de animais seja parte essencial destes espetáculos, vários circos como o *Cirque du Soleil*, do Canadá, e o Circo Oz, da Austrália, adotam uma abordagem artística que conta com apresentações que envolvem somente seres humanos, sem prejuízos a qualidade de suas atividades (Martins, 2008).

Diante do problema apresentado, torna-se claro que o uso de animais não humanos nas atividades circenses deve ser problematizado à luz da expansão do sentido de consideração moral. Assim, na tentativa de produzir conhecimentos que contribuam na elucidação deste impasse, este estudo propõe situar a proibição do uso de animais não humanos nos circos como uma ação política compromissada com o respeito à vida.

## 2.2. LOCALIZANDO OS OBJETIVOS DA PESQUISA

Em atendimento a problemática exposta, este trabalho tem por objetivo geral analisar os documentos legislativos, produzidos nos estados da Região Sul, relacionados

a proibição do uso de animais não humanos nos circos na condição de ação política compromissada com o respeito à vida.

Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa, de caráter exploratório, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (a) Conhecer a progressão das preocupações com os espetáculos envolvendo animais não humanos nos circos a partir dos projetos de lei e das leis; (b) Comparar os documentos legislativos produzidos nos estados da Região Sul com aqueles produzidos no âmbito federal e (c) Relacionar a legislação proibitiva ao uso de animais não humanos nos circos com uma ação política compromissada com o respeito à vida.

Os objetivos específicos delinearam os passos fundamentais para analisar o repúdio ao uso de animais não humanos nos circos. Assim, a formulação de cada um deles procurou problematizar situações fundamentais neste contexto, apresentadas em ordem de confluência com cada objetivo específico, como: (a) a importância da existência de documentos legislativos relacionados ao repúdio do uso de animais não humanos nos circos; (b) a necessidade de coerência entre os documentos legislativos nos âmbitos estadual e federal e (c) a emergência de uma legislação que aponte para a consideração moral dos animais não humanos.

### 2.3. A ABORDAGEM DA PESQUISA

Para cumprir os objetivos estabelecidos será realizada uma pesquisa qualitativa, essencial para a produção de saberes que corroborem com o repúdio ao uso de animais não humanos nos circos. Neste caso, a opção pela pesquisa qualitativa pode ser justificada a partir de Richardson (1999) que ressalta: “A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. (...)” (p. 79).

A análise crítica essencial a esta pesquisa foi proporcionada por uma abordagem sócio-histórica e um enfoque descritivo-compreensivo. As análises das informações bibliográficas e documentais foram feitas no sentido de construir uma argumentação para defender o repúdio ao uso de animais não humanos nos circos e consequentemente

apontar a importância da atuação da sociedade civil organizada e da emergência de uma legislação que alicerce o respeito à vida.

Este trabalho procurou coerência no sentido de procurar referências que contemplavam os seguintes critérios na construção argumentativa: (a) embasamento teórico interdisciplinar; (b) compreensão do conhecimento a partir de uma perspectiva complexa; (c) uso de informações provenientes de fontes acadêmicas e não acadêmica; (d) levantamento da legislação pertinente e pressupostos jurídicos e (e) revisão histórica.

Considerando fundamental que as demandas da sociedade civil organizadas ou não ecoem na forma de uma legislação coerente, optou-se por verificar o *status* da proibição do uso de animais não humanos nos circos situados nos estados da região sul do país. Para este intento serão consultados os portais legislativos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A representatividade dos resultados desta pesquisa será coerente com sua abordagem qualitativa, em conformidade com apontamento de Richardson (1999):

A importação de critérios positivistas de validade para ser aplicados na pesquisa qualitativa não é apenas injustificada do ponto de vista científico, mas também é inadequada para o tipo de conhecimento produzido por essa perspectiva. O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consistência articulada dos atores envolvidos no fenômeno. As anotações de campo e a transcrição de entrevistas são lidas pelo pesquisador como se fosse um texto acadêmico, à procura de novas formas de compreender determinado fenômeno. (...). (p. 102-103)

Em resumo, esta pesquisa visa contribuir no entendimento do repúdio ao uso de animais não humanos nos circos a partir de um recorte qualitativo feito na região sul do país. Os conhecimentos aqui produzidos possuem o potencial de contribuir para a extensão da consideração moral aos animais não humanos, por meio de uma ação política comprometida com o respeito à vida.

### 3. FUDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1. A CONSIDERAÇÃO MORAL DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS

A discussão sobre a consideração moral legada aos animais não humanos foi popularizada pelo filósofo e bioético australiano Peter Singer, que lançou em 1975 o livro intitulado *Libertação Animal*, no qual discute os abusos realizados nas atividades de pesquisa militar e na criação intensiva, característica da agroindústria.

Singer (2008) aponta o especismo como um preconceito que favorece os interesses da espécie humana em detrimento dos membros de outras espécies e discute esta situação a partir das tensões a proporcionadas a partir dela:

Se a posseção de um grau superior de inteligência não dá a um humano direito de utilizar outro para seus próprios fins, como é que pode permitir que os humanos explorem os não humanos com esta intenção. (p. 6)

No que diz respeito a este argumento [preconceito especista], os animais não humanos e as crianças e os humanos deficientes mentais encontram-se na mesma categoria [nível de complexidade mental – associado a senciência]; e, se usarmos este argumento para justificar a realização de experiências em animais não humanos temos de nos perguntar se estamos dispostos a permitir a realização de experiências que envolvam crianças humanas e adultos deficientes mentais; e se distinguirmos entre os animais e estes humanos, com que base o poderemos fazer, a não ser à luz crua da preferência – moralmente indefensável – pelos membros da nossa própria espécie. (p. 15)

Em concordância aos problemas representados pelo preconceito especista, Rolin (1990 *apud* Rodrigues, 2011) aponta que o sentimento de obrigação moral com os animais não humanos segue inevitavelmente a extensão das idéias morais que nós possuímos sobre as pessoas na sociedade, sendo os direitos dos animais uma discussão que segue preocupações semelhantes àquela referente aos direitos das minorias humanas e das mulheres.

A discussão que envolve a desconstrução do preconceito especista é complexa, englobando desde considerações filosóficas até estudos sobre as similaridades entre os seres humanos e os animais não humanos. Adicionalmente, a medicina veterinária progride nos estudos em bem-estar animal, um ramo que convida as pessoas a refletirem sobre os requisitos necessários a manutenção da qualidade de vida dos animais não humanos. Neste contexto, Molento (2004) faz a seguinte reflexão:

Os sentimentos subjetivos de um animal constituem uma parte extremamente importante de seu bem-estar (BROOM, 1991b). O sofrimento é um sentimento subjetivo negativo desagradável que deve ser reconhecido e prevenido sempre que possível. Entretanto, apesar de existirem muitas formas de se medir ferimentos, doenças e tentativas fisiológicas e comportamentais de adaptação ao ambiente, poucos estudos relatam informações sobre os sentimentos dos animais. Informações a respeito dos sentimentos podem ser obtidas através de estudos de preferência; entretanto, devem ser complementadas com as outras informações de bem-estar mencionadas acima. (p. 7)

O elemento básico de consideração a todos os seres vivos deve seguir um princípio de igualdade, conhecido como *igual consideração*, que permite a atenção aos interesses de todos os seres humanos, independente da raça ou sexo, assim como a todos os animais não humanos (Singer, 2008). Neste contexto, o autor ressalta que igual consideração não quer dizer igual tratamento, visto que o tratamento depende da natureza intrínseca de cada ser. Adicionalmente, Molento (2010) aponta que os animais não humanos possuem preferências diferenciadas em termos de parâmetros físicos, não físicos e ambientais, que lhes proporcionem qualidade de vida.

A crítica ao preconceito especista está presente nas considerações de Felipe (2006) que aponta problemas na moral tradicional que acredita que todas as espécies vivas existem para servir o ser humano, situação que concorre para o fracasso da filosofia tradicional, visto que não impõe restrições à forma de vida humana. Adicionalmente, a autora aponta o seguinte desafio:

O grande desafio posto à ética, hoje, é o de considerar a existência não apenas de *sujeitos morais racionais*, conforme o dita a tradição, mas também de *sujeitos morais naturais*. O reconhecimento da existência de sujeitos morais naturais rompe a barreira da racionalidade, que impediu a admissão e permanência de seres destituídos de razão na comunidade moral humana. (p. 107)

A luz das discussões sobre a proteção dos animais Silva (2009) aponta a complexidade dos debates filosóficos que ora trazem em si a vertente do utilitarismo – ainda que proponham avanços na melhoria do tratamento oferecido aos animais não humanos, ora demonstram-se revolucionários – ao reconhecerem o valor inerente da vida. Ainda segundo o autor, a preocupação com os animais precisa atingir maior notoriedade no Brasil, conforme fragmento abaixo:

Em países como o Brasil, onde ainda pouca importância acadêmica tem sido dada à causa animal, a filosofia já não pode se furtar a discutir e refletir sobre a impossibilidade de ser ética uma moral que exclui de seus limites de ação e consideração seres sensíveis e conscientes, que,

negligenciados, vêm sendo tiranizados pela mão humana ao longo do tempo. Devemos ser coerentes: o princípio da igualdade de interesses nos obriga a tratar com a mesma consideração todos aqueles que estejam em situação semelhante. Não podemos impor restrições a este princípio a nosso belprazer, sermos relativistas em sua interpretação, de forma a nos beneficiar em proveito de outros seres que, por serem incapazes de articular as palavras como nós, por não possuírem a mesma fineza de raciocínio que, diga-se de passagem, muitos humanos também não têm, ou *ainda* não têm, ou *já não têm mais*, são excluídos de nossa esfera de moralidade e abandonados de qualquer proteção relativa aos seus interesses.

Em resumo, o debate sobre o fundamento da consideração moral dos animais não humanos propõe uma reflexão mais complexa do que parece em primeira instância. Na condição de movimento abolicionista, a proteção aos animais não humanos nos convoca a rever os parâmetros que norteiam até mesmo o respeito entre seres humanos, enxergando distorções, alçando o desenvolvimento do pensamento ético, indispensável para a superação de quaisquer tipos de preconceitos.

## 3.2. FUNDAMENTOS BIOLÓGICOS DA CONSIDERAÇÃO MORAL DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS

### 3.2.1. Senciência

A sentiência, segundo Singer (2008) é um termo associado à capacidade de sofrer e experimentar alegria. Molento (2010) emprega o termo sentiência em associação à consciência, ou seja, a capacidade dos animais possuírem sentimentos associados à consciência.

Molento (2010) ao defender o reconhecimento da sentiência animal, aponta a figura do preconceito científico que permeia este tema:

(...) Segundo um dos maiores estudiosos da consciência animal, Donald Griffin, a comunidade científica parece exigir maiores evidências para aceitar os sentimentos dos animais que em outras áreas do conhecimento. Porque as experiências subjetivas são assuntos privados, residindo no cérebro de cada um e inacessíveis aos outros, torna-se fácil aos céticos afirmar que jamais teremos certeza dos sentimentos dos animais e, por este motivo, declarar o assunto encerrado. Por outro lado, uma espiada no corpo de estudos científicos mostra que raramente temos um conhecimento completo das questões envolvidas em qualquer assunto; entretanto, isto não nos impede de fazermos previsões corretas. Aliás, completude de conhecimento é algo que pouquíssimos cientistas puderam oferecer. A bem da verdade, devemos reconhecer que a sentiência de



outro ser humano também não pode ser provada cientificamente. O acesso à mente e aos sentimentos de outros indivíduos é limitado porque não podemos adentrar a esfera privada de um outro indivíduo, humano ou não. Evidentemente, isto não nos impede de tentar entender o que um outro ser humano está pensando ou sentindo, nem nos impede de utilizar esta informação para tomar decisões compassivas. A ciência tradicional cartesiana precisa evoluir da postura simplista de “não temos certeza, então não existe”. (p. 2)

O preconceito ao reconhecimento da senciência animal é apontado por Rodrigues (2011) como um forte obstáculo para uma educação compromissada com o respeito à vida. Tal consideração pode ser estendida a outras situações de exploração e abusos cometidos pelos animais que seriam passíveis de repúdio a partir da compreensão da senciência nos animais não humanos.

A riqueza conceitual que envolve o reconhecimento da senciência animal é ricamente debatida por Durham (2003), no contexto da antropologia, apontando que o reconhecimento das semelhanças entre seres humanos e animais não humanos não se trata da defesa de um determinismo biológico, e sim, da compreensão profunda do comportamento dos seres humanos - capazes de gestos nobres como também de serem responsáveis pelos dolorosos problemas cotidianos. A reflexão da autora aponta as contribuições de outras áreas do conhecimento, que envolvem os estudos integrados que envolvem os animais não humanos, na compreensão integral do ser humano:

De fato, nesse período, houve um extraordinário desenvolvimento de outras áreas de conhecimento que são diretamente relevantes para a compreensão das bases biológicas do comportamento animal e humano. Refiro-me às pesquisas mais recentes da psicologia experimental e do desenvolvimento e, inclusive, da psicologia cognitiva; às descobertas decorrentes do estudo dos hormônios e de sua influência nos processos orgânicos e psíquicos; ao desenvolvimento da neurobiologia e especialmente dos estudos do cérebro; aos espantosos progressos na área da genética molecular e sua influência na renovação da teoria da evolução; à primatologia e, especialmente, às pesquisas de etologia, particularmente no que diz respeito aos primatas. Parece-me que as demais disciplinas voltadas para o estudo do comportamento humano e, dentre estas, particularmente a psicanálise e a antropologia, não podem continuar confinadas dentro de seus estreitos limites disciplinares, mas precisam incorporar o resultado desse recente progresso científico como parte do contexto mais amplo no qual ocorrem os fenômenos que estudam. (p. 90-91)

A compreensão da senciência dos animais não humanos é facilmente alcançada pelas pessoas que convivem com animais de estimação. Contudo, estas experiências alicerçadas no senso comum não são consideradas como evidência científica.

Felizmente, aumentam a cada dia o número de trabalhos acadêmicos preocupados com a dimensão subjetiva dos animais.

### 3.2.2. Dor

A dor trata-se de um fundamento essencial na defesa dos direitos humanos e também dos direitos dos animais não humanos, visto que sua experiência é desagradável e geralmente associada a dano corporal. Assim, a dor oferece argumento em favor da consideração moral dos animais não humanos, conforme trecho a seguir:

Os animais são capazes de sentir dor. Como já vimos, não pode existir qualquer justificação moral para considerar a dor (ou o prazer) que os animais sentem como menos importante do que a mesma dor (ou prazer) sentida pelos humanos. (Singer, 2008, p. 14).

Adicionalmente, Broom, et al. (2004) aponta a dor como parâmetro para avaliação do bem-estar animal, estando relacionada tanto a fatores físicos – como doença e a fatores não físicos – como estresse, sendo sua avaliação importante na tomada de decisões que afetem os animais não humanos.

Neste contexto, as atividades circenses que segundo Broom, et al. (2004) e Martins (2008) contam com um adestramento punitivo, baseado em estímulos sensoriais desagradáveis e por vezes lesivos, devem ser alvo de intervenções proibitivas que garantam a dimensão da consideração moral para os animais não humanos alvo destes abusos.

### 3.2.3. Cinco liberdades

Segundo a World Society for the Protection of Animals (2000) o conceito das cinco liberdades foi desenvolvido pelo Farm Animal Welfare Council, sediado na Inglaterra, em com o seguinte enunciado:

1. **livre da fome e da sede**, pelo pronto acesso à água e uma dieta para manter a saúde e vigor.
2. **liberdade de desconforto**, proporcionando um ambiente adequado.
3. **livre de dor, lesões e doenças**, por prevenção ou diagnóstico rápido e tratamento.

4. **liberdade para expressar comportamento normal**, proporcionando espaço suficiente, instalações adequadas e empresa adequada de tipo do próprio animal.
5. **liberdade do medo e da angústia**, assegurando condições e tratamento, que evitam mental sofrimento.

Rodrigues (2011) aponta a partir de pesquisa histórica que este conceito foi apresentado à população em 1965, a partir do Relatório Brambell cujo objetivo era o examinar as condições as quais os animais de produção em sistemas intensivos estavam sendo submetidos e propor alternativas que promovessem a melhoria das suas condições de bem-estar.

O conceito das cinco liberdades proporciona a oportunidade de compreender a proteção dos animais a partir de uma linguagem simples, que segundo Rodrigues (2011) é adequado às discussões científicas sem perder acessibilidade para o público leigo. Existem na internet numerosas menções às cinco liberdades, encontrada em diversos materiais provenientes de universidades, ONGs e blogs. Entretanto, nem sempre este conceito é discutido em sua dimensão mais ampla, problematizando o tratamento legado aos animais não humanos nas mais diversas atividades.

### 3.3. O USO DE ANIMAIS NÃO HUMANOS NA ATIVIDADE CIRCENSE

O circo é considerado uma das práticas de entreterimento mais antigas do mundo, encontrando raízes na Grécia, em Roma, na Índia e na China (Silva, et al., 2008). No Brasil, o circo propriamente dito, chegou apenas no século XIX, com a chegada de famílias circenses européias e norte-americanas, que percorram todo o país (Silva, et al., 2008).

Silva (2005) estuda a atividade circense na condição de empreendimento familiar, na condição de uma estrutura de trabalho organizada a partir de uma característica patriarcal diferenciada da tradicional ‘família sedentária’. Adicionalmente, (Silva, et al., 2008) aponta uma mudança estrutural na atividade circense que modifica-se qualitativamente, atendendo as demandas capitalistas e transformando o espetáculo em uma mercadoria.

O circo em sua dimensão histórica contribuiu na produção de lazer para uma sociedade que não contatava com a larga variedade de atrações culturais que existe na atualidade, conforme fragmento abaixo:

No final do século XIX e primeira metade do XX, os espetáculos circenses certamente eram a única diversão que chegava até muitas regiões do Brasil. Levava o exótico, como os animais, ou as fantásticas proezas realizadas com os corpos; encenavam *sketchs*, pequenas comédias e peças teatrais, dramas, nunca antes vistos pela maior parte da população do país. O circo, neste período, qualquer que fosse o espetáculo apresentado (somente números, números e teatro, números e atuação de outros profissionais, como os cantores) marcou fortemente o imaginário da população no interior do Brasil. (Silva, 2005)

Em contraste com os belos espetáculos proporcionados pelos palhaços, malabaristas, contorcionistas, entre outros, existem os espetáculos com domadores e/ou adestradores, que embora pareçam inocentes, ocultam uma realidade de maus tratos infligidos aos animais não humanos. Neste contexto, cabe apresentar alguns exemplos de acidentes associados ao uso de animais não humanos no circos, especialmente aqueles ocorridos na região sul do país:

(...)

- Palhoça/SC, maio de 2006: elefante foge de circo;

(...)

- Restinga Seca/RS, junho/2005: criança de oito anos sofreu ferimentos ao encostar em grade de leão, o qual acabou sendo executado com choque elétrico, por meio de aparelho para este fim portado por seu treinador;

- Lavras do Sul/RS, maio/2005: homem é atacado por um tigre de circo, tendo seu braço esquerdo amputado;

(...)

- Antônio Carlos, Florianópolis/SC, julho de 2004: dois leões e dois tigres são apreendidos em um circo, após serem encontrados desnutridos e em jaulas soldadas;

- Curitiba/PR, junho de 2004: IBAMA precisa encontrar um novo lar para 2 leões que estavam com um particular e não têm mais condições de mantê-los. Animais nascidos em circo;

(...)

- Penha/SC, março de 2004: morre gato em consequência de queda na apresentação do número “pulo do gato” em circo em Santa Catarina;

(...)

- Penha/SC, outubro de 2003: morre Madú, elefanta que viveu anos em um circo e passou o final de sua vida em um outro circo em Santa Catarina. No laudo atestava-se que a elefanta morreu com um raio na cabeça, apesar de ter vivido ao redor de uma cerca eletrificada e de diversas testemunhas terem presenciado sua cruel morte por eletrocussão;

(...)

- Curitiba/PR, agosto de 2001: trapezista do circo imperial do México teve que amputar braço após ter sido atacado por leoa; (Martins, 2008, p. 129-131)

Um exemplo marcante de maus tratos, que ganhou espaço na imprensa, ocorreu este ano num circo inglês, conforme reportagem: “Com uma pá de metal, o funcionário de um dos mais importantes circos da Inglaterra foi flagrado agredindo a elefanta Anne. Acorrentada, sem poder se defender, a fêmea - que já está velhinha e doente - apenas se retorce a cada pancada.” (Portal R7, 2011).

O estudo de Broom, et al. (2004) apontam uma lista de severidades, focadas em áreas problemas do bem-estar animal, apontando que estes problemas nem sempre são percebidos de forma adequada pelas pessoas, que geralmente mal informadas, avaliam o bem-estar dos animais de maneira distorcida. Neste contexto, alertam para a atividade circense: “Ainda mais abaixo se enquadram as condições de manutenção de animais de zoológico e de circo e as consequências de métodos agressivos de treinamento de cavalos, cães e outras espécies”.

Vale destacar neste contexto a ação movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra um circo, que até então realizava espetáculos envolvendo animais não humanos (Belluzzo, 2008). Tal processo foi realizado nos termos da Lei nº 11.977/2005 que dispõe sobre a proteção aos animais no estado de São Paulo, e possui em seu escopo interessantes argumentos que corroboram com a defesa dos direitos dos animais:

Ademais, hoje é perfeitamente *possível à realização de espetáculos circenses* sem a utilização de animais, como vem ocorrendo em países como Austrália, Canadá, EUA e até mesmo no Brasil, como dão exemplos os Circos Spacial, Popular, Trapézio dentre outros vários mencionados nos autos o que corrobora a *necessidade de proibição desta prática violenta, cruel e abusiva*, que se revela nada razoável nos tempos modernos em que se deve fervorosamente proteger o meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, para se preservar as espécies animais da insensibilidade ecológica do homem. (p. 349)

(...)

Como bem apontado pelo Ministério Público é a **indiferença humana que contribui para o eterno martírio dos animais** e que isto precisa ser mudado, o que certamente veio a ser considerado, timidamente, na lei Paulista, pois o comportamento humano deve se desenvolver positivamente e ser orientado sempre de forma a *buscar a preservação do meio ambiente* e a *preservação da vida* sob qualquer forma que esta se manifeste e *não ficar parado no tempo* e se passar a considerar como normais às práticas de atos de violência, de abusos, de deturpação da natureza para com os animais sob a desculpa de que se está fazendo *cultura* ou se exercendo uma atividade *empresarial*. (p. 350-351)

Segundo a World Society for the Protection of Animals (2000) os animais mantidos nos circos para apresentação de espetáculos podem ser considerados como animais de trabalho, sendo submetidos a uma série de problemas conflitantes com a manutenção do bem-estar, são eles: (a) excesso de trabalho / descanso insuficiente; (b) sobrecarga; (c) falta de abrigos; (d) dieta pobre / carência de água; (e) tratamento desumano; (f) uso inadequado de amarrações e claudicação; (g) trabalho sob condições inadequadas de saúde e (h) destinação no animal velho / doente.

Em reconhecimento aos maus tratos aos animais não humanos associados à atividade circense, veicula na internet uma campanha intitulada “Circo Legal não tem Animal”, promovida pela World Society for the Protection of Animals. Esta campanha<sup>4</sup> visa recolher assinaturas para a aprovação de uma lei nacional que restrinja o uso de animais não humanos no circo.

Ainda que dimensão dos maus tratos realizados contra os animais não humanos nos circos nem sempre seja compreendida pelos próprios artistas e funcionários do empreendimento, é inaceitável que diante dos conhecimentos atuais em bem-estar animal e a luz das discussões éticas de respeito à vida, que os espetáculos envolvendo animais não humanos continuem. Neste sentido, cabe apresentar a consideração de Singer (2008):

A ignorância é, portanto, a primeira linha de defesa do especista. No entanto, esta é facilmente transposta por qualquer pessoa que tenha tempo e determinação para descobrir a verdade. A ignorância prevaleceu durante tanto tempo apenas porque as pessoas não querem saber a verdade. (p. 203)

Entender as contribuições do circo para a sociedade, não significa fechar os olhos para o desrespeito representado pelos espetáculos que envolvem animais não humanos. A problematização da atividade circense à luz do respeito à vida é essencial, especialmente diante da evolução dos conhecimentos científicos e filosóficos sobre a dimensão subjetiva dos animais não humanos.

Ao longo do tempo, as atividades dos circos se modificaram em articulação com seu contexto social mais amplo, como forma de construir laços sociais, integrando as

---

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.wspabrasil.org/comoajudar/campanhas/Circo-Legal-Nao-Tem-Animal.aspx>

famílias circenses às sociedades modernas (Silva e Santos, 2008). No Brasil, cabe salientar o exemplo do nosso ‘palhaço falador’, que se contrapõe ao europeu – que se comunica essencialmente por mímica. Em suma, a renovação da atividade circense à luz das reflexões éticas da atualidade de forma alguma nega sua maior herança cultural que é a alegria.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os primeiros estados que aprovaram leis proibitivas ao uso de animais não humanos nos circos foi Pernambuco – com a Lei nº 12.006, de 01/06/2001 e Rio de Janeiro – com a Lei nº 3.714, de 21/11/2001. Desde então, progressivamente outros estados brasileiros vem aprovando leis similares.

Na Região Sul, a proibição do uso de animais não humanos nos circos atinge somente os estados do Rio Grande do Sul – com a Lei nº 12.994, de 24/06/2008 e Paraná – com a Lei nº 16.667, de 17/12/2010. O estado Santa Catarina, que carece de legislação neste contexto, conta com dois projetos de lei, o PL 0360.0, de 14/08/2007 – arquivado devido ao fim da legislatura e o recente PL 0026.0, de 15/02/2011 – que está parado, sendo seu último trâmite realizado em 29/03/2011.

Ao analisar temporalmente as leis e projetos de lei referentes à proibição do uso de animais não humanos nos circos dos estados da Região Sul é notório o atraso destas discussões, quando comparadas a anterior emergência de legislações estaduais em outras unidades da federação.

Tabela 01 – Demonstrativo das leis e projetos de lei que propõem a proibição do uso de animais não humanos nos circos.

ESTADO	PROJETO DE LEI	LEI
Paraná	PL 737, de 18/10/2007 Aprovado.	Lei nº 16.667, de 17/12/2010 Publicada no Diário Oficial do Estado em 18/01/2011.
Santa Catarina	PL 0360.0, de 14/08/2007 Arquivado final de legislatura.  PL 0026.0, de 15/02/2011 Último trâmite em 29/03/2011.	***
Rio Grande do Sul	PL 118, de 10/04/2002 Arquivado final de legislatura.  PL 108, de 28/03/2007 Aprovado.	Lei nº 12.994, de 24/06/2008 Publicada no Diário Oficial do Estado em 25/06/2008.



Ao analisar a Tabela 01 é notória a morosidade associada à aprovação dos projetos de lei, que versam sobre a proibição do uso de animais não humanos nos circos, circunstância provavelmente gerada por duas situações: (a) os entraves característicos do processo burocrático e (b) a falta de prioridade da pauta.

A primeira situação conflita com as recomendações presentes no Gespública<sup>5</sup>, que embora estejam centradas para o Poder Executivo possuem objetivos que beneficiariam o Poder Legislativo uma vez incentivam às instituições públicas em promover a governança, eficiência, eficácia e efetividade das ações públicas, de forma a eliminar o déficit institucional e promover a gestão democrática. Neste caso, basta verificar como a demora no trâmite burocrático gerou, no estado do Rio Grande do Sul, um intervalo de seis anos entre o primeiro projeto de lei e a efetiva lei destinada a proibir o uso de animais não humanos nos circos. Provavelmente a burocracia, também gerou o atraso na publicação no DOE da Lei nº 16.667/2010 - do estado do Paraná.

A segunda situação é descrita por Oliveira (2007) que aponta o direito animal como um axioma doutrinário do Direito Civil, visto que são escassas as considerações neste contexto nos manuais, assim como na produção acadêmica especializada. Tal situação facilmente pode ser transposta ao universo legislativo, cujos deputados elegem as matérias a serem votadas em função de suas prioridades – ainda que os critérios das mesmas nem sempre satisfaçam uma norma de moralidade ou até mesmo de democracia, na compreensão dos anseios populares.

Neste contexto, cabe apresentar um trecho da discussão de Dias (2007) sobre a extensão da preocupação jurídica com os seres humanos para os animais não humanos:

No direito internacional o direito à vida e à liberdade são igualmente reconhecidos ao homem e aos outros animais. O direito à vida é hoje universalmente consagrado como um direito básico fundamental. O direito à liberdade, à não discriminação e respeito são corolários do direito à vida. Se considerarmos o homem não apenas como um ser moral, mas como um ser vivo temos que admitir que os direitos reconhecidos à humanidade enquanto espécie devem encontrar os seus limites nos direitos das outras espécies.

Diante das discussões acerca da extensão das preocupações do direito civil com as questões envolvendo animais não humanos, cabe apresentar as linhas de justificativas

---

<sup>5</sup> Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, instituído pelo Decreto 5.378, de 23 de fevereiro de 2005.

adotadas pelos legisladores que apresentaram os projetos de lei analisados neste trabalho (Tabela 02).

A partir da análise das justificativas encontradas na redação dos projetos de lei verificou-se que o PL 737/2007 – apresentado no Paraná e o PL 108/2007 – apresentado no Rio Grande do Sul, possuíam maior embasamento teórico, situação que provavelmente influenciou na aprovação destes documentos.

Em contraste, foi verificado que os projetos de lei que apresentavam justificativas mal fundamentadas foram arquivados – caso dos PL 0360.0/2007 (SC) e PL 118/2002 (RS) ou ainda aguardam aprovação - PL 0026.0/2011 (SC). Tal situação demonstra que o estado de Santa Catarina, que ainda não possui legislação no contexto, carece de propostas que impressionem os demais representantes do legislativo.

As fragilidades na redação das justificativas ficaram situadas em quatro pontos fundamentais: (a) a pobreza na definição sobre a natureza da violência e dos abusos cometidos com os animais não humanos nas atividades circenses; (b) dificuldade de estabelecer o vínculo entre as preocupações com os animais não humanos e os problemas gerados à sociedade; (c) falta de fundamentação legal sobre a constitucionalidade da proibição do uso de animais não humanos nos circos e (d) carecer de historicidade no relato de experiências similares no âmbito legislativo e da prática circense em si.

A carência de justificativas nos pontos descritos evidenciou, em diferentes dimensões e intensidades, a falta de conhecimento dos autores dos projetos de lei acerca das questões envolvendo o uso de animais não humanos nos circos. Diante de tal situação cabe destacar Morin (2002) que aponta a necessidade do conhecimento pertinente de incorporar a dimensão da complexidade, essencial para o desenvolvimento de uma antro-poética, essencial no despertar de uma consciência que alcance limites que vão além da individualidade.

Tabela 02 – Demonstrativo das justificativas apresentadas nos projetos de lei referentes à proibição do uso de animais nos circos.

JUSTIFICATIVA	PL 737/2007 PR	PL 0360.0/2007 SC	PL 0026.0/2011 SC	PL 118/2002 RS	PL 108/2007 RS
Descrição simplificada da violência e/ou abusos cometidos contra os animais não humanos.	-	x	x	x	-
Maior detalhamento da descrição sobre violência e abusos cometidos contra os animais não humanos.	x	-	-	-	x
Fundamentação legal na legislação federal.	x	-	-	-	x
Conformidade com as proibições aprovadas em lei para outros estados e outros países.	-	x	-	-	-
Riscos de acidentes envolvendo o público	x	-	-	x	-
Riscos sanitários / problemas com higiene	x	-	-	-	x
Falta de comprometimento dos circos na atenção com as necessidades dos animais não humanos	x	-	-	x	x
Valorização da prática circense realizada sem o uso de animais não humanos	-	x	-	-	x
Mau exemplo para as crianças na definição de sua relação com o meio ambiente	x	-	-	-	-
Confluência com os movimentos a favor da atividade circense sem o uso de animais não humanos	-	-	-	-	x
Denúncias das pessoas, publicadas na internet e das ONGs	-	-	-	-	x
Reconhecimento expresso da relevância do projeto de lei anterior.	NA	NA	x	NA	-

Nota: NA = não se aplica.

O único projeto de lei que evidenciou uma clara relação conceitual entre a proteção dos animais não humanos nos circos e o respeito à vida – sob a forma do respeito ao meio ambiente, foi o PL 737/2007, do estado do Paraná. Tal relação conceitual foi expressa sob a forma da necessidade de oferecer bons exemplos às crianças (Tabela 3) Esta situação evidencia a dificuldade dos autores do projeto, em relacionar a consideração moral dos animais não humanos como uma questão de cunho ambiental. Esta lógica é explorada no estudo de Rodrigues (2011) que aponta a importância de personificar o meio ambiente na figura dos seres vivos que nele habitam como forma de articulação da educação com o respeito à vida.

No que concerne à redação das leis foi verificado uma similaridade em seu conteúdo, embora as expressões nem sempre fossem iguais (Tabela 03). Entretanto foram verificadas diferenças relevantes no âmbito das sanções estabelecidas, sendo a Lei 16.667/2010 (PR) notoriamente mais rigorosa com o estabelecimento que a desrespeitar. Contudo, é interessante notar que a Lei 12.994/2008 (RS), ao considerar a possibilidade de apreensão dos animais, apresenta forte compromisso com a proteção dos animais em si.

É válido mencionar que de forma direta ou indireta, as duas leis estaduais fazem menção à Lei Federal 9.605/1998, também conhecida como “Lei de Crimes Ambientais”. Tal menção demonstra que os estados avançam na interpretação da legislação federal rumo à ampliação dos limites por ela estabelecidos para a proteção dos animais não humanos. Cabe destacar que a expressão ‘animais selváticos ou domésticos, nativos ou exóticos’ da lei paranaense apresenta maior aderência à legislação federal.

Quando comparados ao PL 7291/2006 que “Dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense”, as leis estaduais representam progresso, visto que proíbem o uso de animais nos circos, enquanto que a proposição federal versa tão somente sobre o registro dos animais no órgão ambiental competente e as condições de transporte e exposição pública.

Tabela 03 – Comparativo das leis paranaense e gaúcha que envolvem a proibição do uso de animais não humanos nos circos.

TÓPICOS DE ANÁLISE	Lei 16.667/2010	Lei 12.994/2008
	PR	RS
Tipos de animais envolvidos na proibição	Animais selváticos ou domésticos, nativos ou exóticos	Qualquer espécie de animal
Âmbito da proibição	Espectáculos circenses ou quaisquer outros que explorem este tipo de animais	Exibições nos circos.
Atividade proibida	Manutenção e comercialização	Utilização em exibições
Sanções estabelecidas na lei	Interdição imediata do espetáculo; cancelamento da licença de funcionamento e multa	Interdição do estabelecimento e apreensão dos animais
Outras sanções previstas	Sanções federais ou municipais e processo criminal	Sanções previstas no art. 32 da Lei Federal 9.605/1998 <sup>6</sup>

Um interessante tópico da Lei 16.667/2010 (PR) é sua abrangência na proibição do uso de animais nos circos, que compreende sua manutenção e comercialização, diferente da Lei 12.994/2008 (RS), que proíbe somente o uso de animais nas exibições de circo. A redação cuidadosa da lei paranaense exclui a possibilidade dos circos vincularem os animais cativos em atividades distintas aos habituais espetáculos.

Outra importante vertente de análise é comparar o tratamento legado diretamente aos animais não humanos pelas leis dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul com seus respectivos projetos de lei (Tabela 4). Este plano de comparação evidencia pontos de tensão na implementação destas leis.

No estado do Paraná foram observadas duas mudanças fundamentais entre as redações do projeto de lei e da lei vigente: (a) a redação da lei avançou em relação ao

<sup>6</sup> A lei Lei Federal 9.605/1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

projeto ao estabelecer regras para os circos se desfazerem dos seus animais não humanos e (b) a redação da lei foi direcionada ao uso de animais não humanos nos circos, renunciando da proposta do projeto de lei que incluía outras categorias de eventos.

No estado do Rio Grande do Sul foram também foram observadas duas mudanças fundamentais: (a) a redação da lei avançou em relação ao projeto de lei ao incluir todos os animais não humanos em sua proibição, dado que o projeto de lei considerava o uso de animais domésticos nas atividades circenses e (b) a redação da lei omitiu a responsabilização dos circos no controle de zoonoses e na assistência veterinária dos animais sob sua custódia, tal mudança não foi impactante, visto que ao proibir a manutenção de qualquer tipo de animal não humano (item a), este tópico passou a ser desnecessário.

Ao comparar o tratamentos oferecidos pelas duas leis aos animais não humanos podemos verificar que a cada uma cabe um aspecto de inovação no contexto. Assim, a lei paranaense ganha ao estabelecer regras para os circos se desfazerem dos animais sob sua guarda, evitando o abandono. Já a lei gaúcha ganha ao considerar a possibilidade de apreensão dos animais não humanos presentes nos circos e em estabelecer regras de albergue neste contexto.

Outros dois pontos de diferença, que merecem análise, ainda que não sejam necessariamente inovadores. O primeiro é que a lei paranaense permite o trânsito de animais domesticados acompanhados dos seus proprietários e que não sejam utilizados nas exibições, situação pode oferecer dificuldades à fiscalização dos circos, uma vez que os mesmos podem alegar que um dado animal esteja somente acompanhando seu tutor a um passeio. A segunda é que a lei gaúcha pressupõe a proibição de todos os tipos de animais, situação que não oferece margem de interpretações diferenciadas, que poderiam ser oferecidas por uma mudança na classificação dos animais prevista na Lei de Crimes Ambientais.

Tabela 04 – Comparação do tratamento oferecido aos animais não humanos nos projetos de lei e leis dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

<b>TÓPICO ANALISADO</b>	<b>PL 737/2007 PR</b>	<b>Lei 16.667/2010 PR</b>	<b>PL 108/2007 RS</b>	<b>Lei 12.994/2008 RS</b>
Tipos de animais envolvidos na proibição	Animais nativos ou exóticos, selváticos ou domésticos.	Permanece igual.	Animais silvestres, nativos ou exóticos.	Qualquer espécie animal.
Animais excluídos da proibição	Animais domésticos sob a companhia dos donos e que não sejam utilizados como exibição pública.	Permanece igual.	Animais domésticos adestrados, e que gozem de excelentes cuidados de sanidade e trato, devendo possuir local adequado para seu descanso e alimentação, não podendo ficar submetidos a jaulas, correntes, ou outros meios de aprisionamento.	Retirado.
Acompanhamento dos animais	Não consta.	Não consta.	Controle de zoonoses e situação de saúde acompanhada por médico veterinário responsável.	Retirado.
Regras para os circos de desfazerem dos animais	Não consta.	Somente quando os animais forem recebidos em zoológicos ou similares.	Não consta.	Não consta.
Regras para apreensão dos animais	Não consta.	Não consta.	Os animais deverão ser albergados em instituições públicas ou privadas integrantes do SISNAMA*.	Permanece igual.
Outras considerações	Não proíbe a presença de animais em eventos de natureza científica, educacional ou protecional, sem fins lucrativos.	Retirado.	Não consta.	Não consta.

\* SISNAMA significa Sistema Nacional do Meio Ambiente.

É importante observar que o surgimento de uma legislação que compactue com a proteção dos animais não humanos requer não somente comprometimento dos representantes públicos, precisa também do apoio popular. Neste contexto cabe destacar o papel exercido pela sociedade civil organizada, que possui o potencial de conduzir importantes mudanças políticas.

Neste contexto, vale apontar que existem duas ONGs que possuem linhas de atuação que conduzem ao repúdio do uso de animais não humanos nas atividades circenses, cuja divulgação na internet está bastante acessível para a sociedade. Uma ONG é a WSPA, que possui abrangência mundial e trabalho reconhecido pelas Nações Unidas, possuidora de uma proposta de trabalho alinhada ao bem-estar animal, que inclui linhas de ações diversas que vão desde a educação de profissionais até a assistência de animais não humanos em tragédias – como o terremoto do Haiti em janeiro de 2010 (WSPA, 2011). A outra ONG é a ANDA, que possui abrangência nacional e proposta alinhada ao direito dos animais – se opondo a qualquer forma de uso destes seres, possuidora de uma proposta de trabalho essencialmente jornalística, partindo do pressuposto de que a imprensa possui o potencial de mudanças sociais e políticas (ANDA, 2011).

Contudo a sociedade civil organizada possui um longo caminho a percorrer rumo a uma legislação que promova a consideração moral dos animais. Neste contexto, é válido mencionar que a WSPA promove ações de sensibilização e conscientização junto aos parlamentares do Congresso Nacional acerca de questões que envolvem a proteção dos animais não humanos, inclusive no âmbito da atividade circense (WSPA, 2011).

Infelizmente a eleição de prioridades nas políticas públicas e até mesmo na ação civil é definida por critérios especistas, que não incluem atenção a demandas relativas a proteção dos animais. Contudo, Singer (2008) desconstrói os argumentos que consideram a prioridade incondicional dos seres humanos nas ações públicas:

Entre os factores que dificultam o despontar da preocupação pública relativamente aos animais, talvez o mais difícil de ultrapassar seja o pressuposto de que “os seres humanos vêm em primeiro lugar” e que qualquer problema relativo aos animais não pode ser comparado, enquanto questão moral ou política grave, com os problemas dos seres humanos. Pode-se dizer muita coisa sobre este pressuposto. Em primeiro



lugar, ele constitui, em si mesmo, um indicador de especismo. (...). O que pensaríamos se alguém dissesse “Os brancos vêm em primeiro lugar” e, portanto, a pobreza na África não constitui um problema tão grave como a pobreza na Europa?

É verdade que há muitos problemas no mundo que merecem o nosso tempo e a nossa energia. A fome e a pobreza, o racismo, a guerra e a ameaça nuclear, o sexismo, o desemprego, a preservação do nosso ambiente frágil – todos estes são problemas graves, e quem pode dizer qual é o mais grave? No entanto, se nos libertarmos das tendências especista, conseguiremos ver que a opressão dos não humanos pelos humanos se situa algures no meio destas questões. (p. 205-206)

Na perspectiva de Rodrigues (2011) a aceitação dos maus-tratos contra os animais não humanos, pressupõe o escalonamento da violência, situação inaceitável e que conflui com uma lógica que considera o poder de um dado grupo (neste caso os seres humanos) como justificativa ao exercício desta dominação. É válido apontar que segundo Singer (2008) e WSPA (2000) a consideração moral dos animais não humanos segue a lógica dos movimentos abolicionistas que outrora foram responsáveis pela libertação dos escravos negros e pela consideração da igualdade entre os gêneros.

Em suma, a aprovação de leis que inovem na consideração moral dos animais não humanos deve estar acompanhada pelo compromisso da sociedade - na figura dos seus legisladores, de estender a consideração moral para todos os animais. Esta lógica é fundamental, visto que a produção de leis neste contexto pode ser falha ao não responder integralmente pela desconstrução do preconceito especista, responsável pela aceitação de atividades que envolvem maus-tratos aos animais não humanos.

## 5. CONCLUSÕES

A inovação representada por uma legislação que proponha o fim do uso de animais não humanos nos circos representa um passo rumo a uma ação política de respeito à vida, representada pela extensão da consideração moral aos animais não humanos. Neste sentido, o debate sobre a emergência de uma legislação que responda de forma coerente ao repúdio da atividade circense com o uso de animais não humanos, surgiu com atraso na Região Sul, quando comparada ao pioneirismo das primeiras leis estaduais, aprovadas em 2001.

A efetiva proibição da exploração de animais não humanos nos circos ainda não é uma realidade na Região Sul, visto que o estado de Santa Catarina carece de legislação neste contexto. Contudo, tal situação tem um caminho de mudança já trilhado, uma vez que há um projeto de lei em trâmite na assembléia legislativa catarinense.

Embora as legislações do Paraná e do Rio Grande do Sul apresentem teores semelhantes, é possível encontrar certo grau de distinção quanto as penalidades previstas ao estabelecimento transgressor e ao tratamento oferecido aos animais em si. Tal situação aponta a necessidade de uma lei federal integradora, fruto de maior estudo e que aproveite as contribuições das legislações estaduais.

Um aspecto importante foi que as leis aprovadas possuíam derivaram dos projetos de lei que apresentam as justificativas melhor embasadas, demonstrando a importância do conhecimento pertinente, em conformidade com a abordagem de Morin (2002). A cuidadosa redação da justificativa dos projetos de lei apresenta coerência com a análise de Singer (2008), que considera o combate à ignorância como fundamental na desconstrução do preconceito especista.

As leis que representam a proteção dos direitos dos animais respondem à extensão da consideração moral aos animais não humanos, ao respeito à vida – ao fortalecer o vínculo das pessoas com os demais seres vivos e ao desenvolvimento de uma postura ética na relação entre o ser humano e o meio ambiente.

Neste contexto, é importante reconhecer que os estados estão se antecipando na elaboração de leis proibitivas ao uso de animais não humanos nos circos. Embora haja

um projeto de lei federal, seu teor não é proibitivo e sim regulamentador ao uso de animais nos circos. Assim, os legisladores nos estados demonstram maior confluência com os anseios de uma sociedade que deseja o fim dos maus-tratos infligidos aos animais não humanos.

A emergência de uma legislação que responda efetivamente necessidade de estender a consideração moral para os animais não humanos depende para participação da sociedade, organizada ou não, junto aos legisladores, exigindo ações políticas coerentes.

Moscovici (2007) aponta que a humanidade precisa romper com a cultura da morte, encontrando uma cultura da vida. Assim, é importante que a população repense quaisquer atividades culturais geradoras de violência contra os animais não humanos. A valorização de uma cultura da vida na atividade circense de forma alguma desvaloriza as contribuições do circo para a sociedade, e sim, abre caminhos para um circo renovado, que considere as preocupações éticas de respeito à vida.

## 6. REFERÊNCIAS

**Agostini, Onofre Santo. 2007.** Projeto de lei nº 0360.0/2007. *Proíbe a utilização de animais selvagens, domésticos ou domesticados, nativos ou não, em espetáculo de circo itinerantes realizados em todo o Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 15 de agosto de 2007.

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 2007.** Prolegis. *Espelho do projeto de lei nº 0360.0/2007*. [Online] 14 de agosto de 2007. [Citado em: 10 de setembro de 2011.]

<http://www.alesc.sc.gov.br/proclegis/individual.php?id=PL./0360.0/2007>.

—. **2011.** Prolegis. *Espelho do projeto de lei nº 0026.0/2011*. [Online] 15 de fevereiro de 2011. [Citado em: 10 de setembro de 2011.]

<http://www.alesc.sc.gov.br/proclegis/individual.php?id=PL./0026.0/2011>.

**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. 2007.** Pesquisa Legislativa. *Espelho do projeto de lei nº 737/2007*. [Online] 18 de outubro de 2007. [Citado em: 10 de setembro de 2011.] [http://www.alep.pr.gov.br/atividade\\_parlamentar/pesquisa\\_legislativa](http://www.alep.pr.gov.br/atividade_parlamentar/pesquisa_legislativa).

**Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 2007.** Banco de dados de processo legislativo. *Espelho do projeto de lei nº 108/2007*. [Online] 05 de junho de 2007. [Citado em: 10 de setembro de 2011.]

[http://proweb.procergs.com.br/consulta\\_proposicao.asp?SiglaTipo=PL%20&NroProposicao=108&AnoProposicao=2007](http://proweb.procergs.com.br/consulta_proposicao.asp?SiglaTipo=PL%20&NroProposicao=108&AnoProposicao=2007).

—. **2002.** Banco de dados de processo legislativo. *Espelho do projeto de lei nº 118/2002*. [Online] 10 de abril de 2002. [Citado em: 10 de setembro de 2011.] [http://proweb.procergs.com.br/consulta\\_proposicao.asp?SiglaTipo=PL%20&NroProposicao=118&AnoProposicao=2002](http://proweb.procergs.com.br/consulta_proposicao.asp?SiglaTipo=PL%20&NroProposicao=118&AnoProposicao=2002).

**Belluzzo, Gustavo Alexandre da Câmara Leal. 2008.** Decisão sobre maus tratos de animais de circo. *Revista Brasileira de Direito Animal*. 2008, Vol. 3 (4), pp. 347-352.

**Brasil. 1998.** Lei nº 9.605/1998. *Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências*. 12 de fevereiro de 1998.

**Breier, Miki. 2007.** Projeto de Lei nº 108 /2007. *Proíbe a utilização de animais silvestres, nativos ou exóticos em exposições nos circos ou estabelecimentos similares no Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 28 de março de 2007.

**Broom, Donald M. e Molento, Carla Forte Maiolino. 2004.** Bem-estar animal: conceitos e questões relacionadas - revisão. *Archives of Veterinary Science*. 2004, Vol. 9 (2), pp. 1-11.

**Coelho, José Teixeira. 1981.** *O que é ação cultural?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

**Demo, Pedro. 1997.** *Conhecimento Moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 318.

**Dias, Álvaro. 2006.** PL 7291/2006. *Dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense*. s.l., Distrito Federal: Senado Federal, 05 de julho de 2006.

**Dias, Edna Cardozo. 2007.** Direitos dos animais e isonomia jurídica. *Revista Brasileira de Direito Animal*. jul-dez de 2007, Vol. 2 (2), pp. 107-118.

**Durham, Eunice Ribeiro. 2003.** Chimpanzés também amam: a linguagem das emoções na ordem dos primatas. *Revista de Antropologia*. 2003, Vol. 46(1).

**Felipe, Sônia T. 2006.** Da considerabilidade moral dos seres vivos: a bioética ambiental de Kenneth E. Goodpaster. *éthic@*. julho de 2006, Vol. 7 (3), pp. 105-118.

—. 2008. Ética biocêntrica: tentativa de superação do antropocentrismo e do sencientismo éticos. *éthic@*. dezembro de 2008, Vol. 5 (3), pp. 1-7.

**Ginzburg, Carlo. 2006.** *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

**Gore, Al. 2006.** *Uma verdade inconveniente*. Barueri: Manole, 2006.

**Layrargues, Philippe Pomier. 2006.** Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. [A. do livro] Carlos Frederico B. Loureiro, Philippe Pomier Layrargues e Ronaldo Souza de Castro. *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 15-29.

**Leff, Enrique. 2006.** *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

**Maria, Manoel. 2002.** Projeto de Lei nº 118 /2002. *Proíbe a apresentação de espetáculos circenses ou similares que tenham como atrativo a exibição de animais de qualquer espécie, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 10 de abril de 2002.

**Martins, Renata de Freitas. 2008.** O respeitável público não quer mais animais em circos! *Revista Brasileira de Direito Animal*. jan-dez de 2008, Vol. 3 (4), pp. 117-132.

**Molento, Carla Forte Maiolino. 2007.** Bem-estar animal: qual é a novidade? *Acta Scientiae Veterinariae*. 2007, Vol. 35 (2), pp. 224-226.

- . **2010.** Senciência Animal. *Laboratório de Bem-estar Animal - UFPR*. [Online] 2010. [Citado em: 10 de junho de 2010.] <<http://www.labem-estar.animal.ufpr.br/publicacoes/publicacoes.html>>.
- Morin, Edgar. 2006.** *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- . **2002.** *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Brasília: Cortez, 2002.
- Moscovici, Serge. 2007.** *Natureza: para pensar a ecologia*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- Nishimori, Luiz. 2007.** Projeto de lei nº 737/2007. *Proíbe a manutenção e a utilização de animais selváticos ou domésticos, sejam nativos ou exóticos em espetáculos circenses ou quaisquer outros que explorem esses tipos de animais, e dá outras providências*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 15 de agosto de 2007.
- Oliveira, Thiago Pires. 2007.** Redefinindo o Status jurídico dos animais. *Revista Brasileira de Direito Animal*. 2007, Vol. 2 (2), pp. 193-208.
- PARANÁ. 17/12/2010.** Lei nº 16.667/2010. *Proíbe a manutenção e a comercialização de animais selváticos ou domésticos, sejam nativos ou exóticos em espetáculos circenses ou quaisquer outros que explorem esses tipos de animais, e dá outras providências*. Curitiba : Diário Oficial nº 8386 de 18/01/2011, 17/12/2010.
- Portal R7. 2011.** Portal R7. [Online] 2011. [Citado em: 22 de outubro de 2011.] <http://entretenimento.r7.com/bichos/noticias/imagens-de-agressao-a-elefanta-causa-comocao-ao-redor-do-mundo-20110601.html?question=0>.
- Richardson, Roberto Jarry. 1999.** *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.
- RIO GRANDE DO SUL. 2008.** Lei 12.994/2008. *Proíbe a utilização de qualquer espécie de animal em exposições de circos, e dá outras providências*. s.l., Rio Grande do Sul : Palácio Piratini, 24 de junho de 2008.
- Rodrigues, Sonia Wenceslau Flores. 2011.** *A inclusão do bem-estar animal na educação ambiental [tese de doutorado]*. Viña del Mar: Universidad del Mar, 2011.
- Silva, Erminia. 2005.** O circo-família e o respeitável público. *Revista SARAIO*. 2005, Vol. 3 (6).
- Silva, Jucirene Oliveira Martins da. 2009.** Especismo: Porque os animais não-humanos devem ter seus interesses considerados em igualdade de condições em que são considerados os interesses semelhantes dos seres humanos. *ethic@*. junho de 2009, Vol. 8 (1), pp. 51-62.

**Silva, Thalita Costa da e Santos, Anderson Cristopher dos . 2008.** O riso também colonizou o Brasil. *Revista de Humanidades: Anais do II Encontro Internacional de História Colonial*. set/out de 2008, Vol. 9 (24).

**Singer, Peter. 2008.** *Libertação Animal*. Porto: Via Optima, 2008.

**Teixeira, Jorge. 2011.** Projeto de lei nº 0026.0/2011. *Proíbe a utilização de animais selvagens, domésticos ou domesticados, nativos ou não, em espetáculos de circo realizados em todo o Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 15 de fevereiro de 2011.

**Tripoli, Ricardo. 2007.** Projeto de Lei nº 215/2007. *Institui o Código Federal de Bem-estar Animal*. 15 de fevereiro de 2007.

**World Society for the Protection of Animals. 2000.** *Concepts in Animal Welfare*. Londres: WSPA, 2000.

**WSPA. 2006.** *Bem-estar animal online*. [Online] 2006.

[http://ptextranet.animalwelfareonline.org/Images/resources\\_Animals%20in%20Entertainment\\_false\\_An-Overview-of-Animals-in-Entertainment-Portuguese\\_tcm38-11716.pdf](http://ptextranet.animalwelfareonline.org/Images/resources_Animals%20in%20Entertainment_false_An-Overview-of-Animals-in-Entertainment-Portuguese_tcm38-11716.pdf).

## **ANEXOS**



**ANEXO 01****ESPELHO DO PROJETO DE LEI Nº 737/2007 – ESTADO DO PARANA**

Tipo	Numero	Ano		
Projeto de Lei	737	2007		
Leis				
Lei Promulgada Nº 16667 de 2010 Publicada no Diário Oficial Nº 8386 de 18/01/2011				
Autor(es)				
LUIZ NISHIMORI				
Entrada	Prazo	Assunto	Protocolo	
18/10/2007		ANIMAIS	10667 / 07	
Numero D.O. ALEP	Data D.O. ALEP	Regime de Urgência		Anexo
132	17/10/2007	NÃO		NÃO
Palavra Chave				
CIRCO, ANIMAL				
Sumula				
PROÍBE A MANUTENÇÃO E A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS SELVÁTICOS OU DOMÉSTICOS, SEJAM NATIVOS OU EXÓTICOS EM ESPETÁCULOS CIRCENSES OU QUAQUER OUTROS QUE EXPLOREM ESSES TIPOS DE ANIMAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				
Anotações				
Tramites				
Entrada	Tramite	Parecer	Tipo	Oficio Relator
18/10/07	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	27/11/07	Favorável	CAITO QUINTANA
27/12/07	COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE	28/02/08	Aprovado com Emenda	ROSANE FERREIRA
05/03/08	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Para apreciar emenda da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.	23/06/09	Favorável a Emenda	CAITO QUINTANA
23/06/09	DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO		Aguardando Votação	
21/06/10	1º DISCUSSÃO votos : total 29; sim 25; não 3.		Aprovado	
22/06/10	2º DISCUSSÃO Aprovada emenda na forma da Subemenda.		Aprovado	
23/06/10	3º DISCUSSÃO		Aprovado a Emenda	
30/06/10	REDAÇÃO FINAL		Aprovado	TERUO KATO
01/07/10	COMISSÃO EXECUTIVA		Aguardando envio à sanção	
11/08/10	ENCAMINHADO À SANÇÃO			147 / 10
31/08/10	VETADO TOTAL Proposição-Veto nº 38/10			134 / 10
30/11/10	APROVADO O PROJETO derrubado o veto por unanimidade - 41 votos			
01/12/10	COMISSÃO EXECUTIVA		Aguardando envio à promulgação	
13/12/10	ENCAMINHADO À PROMULGAÇÃO			9 / 10
15/12/10	RESTITUIDO Restituído pelo Poder Executivo.			3041 / 10
17/12/10	LEI PROMULGADA Lei nº 16.667/2010.			3041 / 10

**ANEXO 02****PROJETO DE LEI Nº 737/2007 – ESTADO DO PARANÁ**

---

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**PROJETO DE LEI Nº 737/2007****DECRETA:**

Art. 1º Fica proibida, em todo o território paranaense, a apresentação, a manutenção e a utilização, sob qualquer pretexto ou justificativa, de animais selváticos e/ou domésticos, sejam nativos ou exóticos, em espetáculos circenses ou quaisquer outros que explorem esses tipos de animais.

Art. 2º Fica excluída da proibição de que trata o artigo 1º desta lei, a presença de animais domésticos de estimação, desde que permaneçam em companhia de seu donos e não sejam utilizados como exibição pública.

Art. 3º A referência do artigo anterior, não exime das responsabilidades legais ou penais, os seus donos em eventuais danos morais ou físicos.

Art. 4º Isenta-se da proibição prevista no artigo 1º os eventos de natureza científica, educacional ou protetional, sem fins lucrativos.

Art. 5º A desobediência ao contido nesta lei, implicará nas seguintes sanções:

I - Interdição imediata do espetáculo;

II - Cancelamento da licença de funcionamento da empresa promotora de espetáculo;

III - Pagamento de multa a ser estipulada pelo órgão expedidor do alvará de funcionamento.

Art. 6º O contido nesta lei, não impede as sanções previstas em programas de proteção aos animais em sua área de abrangência, nos municípios que os tenham regulamentados.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

**JUSTIFICATIVA:**

Para justificar o presente projeto de lei, fomos buscar primeiramente o seu amparo legal, tendo em vista a necessidade de se buscar uma regulamentação que proteja os animais e que não fira qualquer princípio legal.

A Constituição Federal afirma em seu artigo 24, inciso VI:

Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

A mesma Carta Magna, no capítulo VI, artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, diz:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futura gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Ainda, existe o amparo da Constituição Estadual que em seu capítulo V - do meio ambiente - artigo 207, parágrafo 1º, inciso XIV, onde diz:

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

XIV - Proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade.

Assim, chamadas para testemunhar, ambas as Constituições Federal e Estadual, e, estando comprovado o fato de que os animais de circo são, frequentemente, mutilados, expostos a técnicas cruéis de adestramento e apresentados em público em situações que ferem a dignidade de sua espécie, principalmente, diante das crianças que são a nossa geração futura, dificultando a sua relação com o meio ambiente;

Considerando, que a manutenção desses animais por ser bastante onerosa, normalmente não é suficiente em quantidade e qualidade para o sustento dos animais, e;

Considerando, ainda, a questão ética da exposição desses animais ao ridículo, muitas vezes, o que pode provocar a irritação desses animais, fazendo rebelar-se e colocar em risco a presença do público que assiste ao espetáculo (sic). Esse risco pode ser sanitário ou de segurança física. Risco sanitários porque a ausência total ou parcial de um controle adequado do estado de saúde dos animais, pode ser levar a transmissão de doenças - inclusive zoonoses - nos municípios por onde o espetáculo passe. O risco sanitário porque a ausência total ou parcial de um controle adequado do estado de saúde dos animais, pode levar a transmissão de doenças - inclusive zoonoses - nos municípios por onde o espetáculo passe.

O risco de segurança física, pode advir de acidentes fatais já ocorridos em nosso país, envolvendo esses animais, devido a precariedade da segurança oferecida durante a apresentação dos espetáculos. Esse risco de acidentes pode ser compactuado pelas prefeituras que fornecem o alvará de funcionamento.

Além disso, existe o fator de qualidade e tamanho das jaulas ou outro espaço físico disponibilizados para os animais, contrariando totalmente a sua natureza. Sem contar a falta de cuidados veterinários que faltam aos animais expostos.

Assim sendo, busco o apoio dos demais pares desta Casa, para a aprovação da presente lei, que outra coisa não pretende senão proibir a utilização dos animais acima citados em espetáculos circenses ou de qualquer outra natureza, que não sejam os de conservação da fauna em território do estado do Paraná.

### **REDAÇÃO FINAL**

#### **PROJETO DE LEI Nº 737/2007**

**DECRETA:**

Art. 1º Fica proibida, em todo o território paranaenses, a apresentação, a manutenção e a utilização, sob qualquer pretexto ou justificativa, de animais selváticos e/ou domésticos, sejam nativos ou exóticos, em espetáculos circenses.

Art. 2º Fica excluída da proibição de que trata o artigo 1º desta lei, a presença de animais domésticos de estimação, desde que permaneçam em companhia de seus donos.

Parágrafo Único. Os circos só poderá desfazer dos animais quando os mesmos forem recebidos por zoológicos ou similares.

Art. 3º A referência do artigo anterior, não exime das responsabilidades legais ou penais, os seus donos em eventuais danos morais ou físicos.

Art. 4º A desobediência ao contido nesta lei, implicará nas seguintes sanções:

I - interdição imediata do espetáculo;

II - cancelamento da licença de funcionamento da empresa promotora de espetáculo;

III - pagamento de multa a ser estipulada pelo órgão expedidor do alvará de funcionamento.

Art. 5º Independentemente das sanções previstas na presente lei, poderá sofrer outras sanções federais ou municipais, bem como o devido processo criminal pertinente.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28/06/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR – Presidente

TERUO KATO - Relator

**ANEXO 03**

## LEI Nº 16.667/2010 – ESTADO DO PARANÁ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**LEI Nº 16.667 DE 17/12/2010**

Publicado no Diário Oficial nº 8386 de 18/01/2011

**Súmula:** Proíbe a manutenção e a comercialização de animais selváticos ou domésticos, sejam nativos ou exóticos em espetáculos circenses ou quaisquer outros que explorem esses tipos de animais, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 737/07:

**Art. 1º** Fica proibida, em todo o território paranaense, a apresentação, a manutenção e a utilização, sob qualquer pretexto ou justificativa, de animais selváticos e/ou domésticos, sejam nativos ou exóticos, em espetáculos circenses.

**Art. 2º** Fica excluída da proibição de que trata o art. 1º desta lei, a presença de animais domésticos de estimação, desde que permaneçam em companhia de seus donos.

**Parágrafo único.** Os circos só poderão se desfazer dos animais quando os mesmos forem recebidos por zoológicos ou similares.

**Art. 3º** A referência do artigo anterior, não exime das responsabilidades legais ou penais, os seus donos em eventuais danos morais ou físicos.

**Art. 4º** A desobediência ao contido nesta lei, implicará nas seguintes sanções:

**I** – interdição imediata do espetáculo;

**II** – cancelamento da licença de funcionamento da empresa promotora de espetáculo;

**III** – pagamento de multa a ser estipulada pelo órgão expedidor do alvará de funcionamento.

**Art. 5º** Independentemente das sanções previstas na presente lei, poderá sofrer outras sanções federais ou municipais, bem como o devido processo criminal pertinente.

**Art. 6º** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 17 de dezembro de 2010.

NELSON JUSTUS

Presidente

(Projeto de Lei: autoria do Deputado Luiz Nishimori)

## ANEXO 04

### ESPELHO DO PROJETO DE LEI Nº 0360.0/2007 – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### Informações Completas sobre a Tramitação da Proposição

Proposição	Projeto de Lei	Projeto Original
Número	<b>PL./0360.0/2007</b>	
Transformação de Proposições	PL./0360.0/2007	
Proponente	Legislativo	
Autor	Onofre Santo Agostini	
DataEntrada	14/08/2007	
Regime	PRIORIDADE	
Ementa	Proíbe a utilização de animais selvagens, domésticos ou domesticados, nativos ou não, em espetáculo de circo itinerantes realizados em todo o Estado de Santa Catarina.	

-----  
-  
Regime de PRIORIDADE - RQS/1183.5/2007

Data	Setor	Ação
<b>PL./0360.0/2007</b>		
• 15/08/2007	Coordenadoria de Expediente	Autuado
• 15/08/2007	Coordenadoria de Expediente	À Publicação - D.A. n. 5.764, de 14/08/07
• 15/08/2007	Coordenadoria de Expediente	Encaminhado à Coordenadoria das Comissões
• 15/08/2007	Coordenadoria das Comissões	Recebido
• 15/08/2007	Coordenadoria das Comissões	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
• 15/08/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido
• 16/08/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Distribuído ao Relator Dep. Pedro Uczai
• 16/08/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Encaminhado ao Gabinete Dep. Pedro Uczai
• 16/08/2007	Gabinete Dep. Pedro Uczai	Recebido
• 04/09/2007	Gabinete Dep. Pedro Uczai	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
•	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido

04/09/2007

• 04/09/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Parecer do(a) Dep. Pedro Uczai FAVORÁVEL
• 04/09/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Em reunião da Comissão APROVADO por UNANIMIDADE o parecer do Relator
• 04/09/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Em Termo de Remessa, o Chefe de Secretaria da Comissão resume a manifestação da Comissão: Parecer FAVORÁVEL
• 04/09/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Encaminhado à Coordenadoria das Comissões
• 04/09/2007	Coordenadoria das Comissões	Recebido
• 05/09/2007	Coordenadoria das Comissões	Encaminhado à Comissão de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher
• 05/09/2007	Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher	Recebido
• 05/09/2007	Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher	Distribuído ao Relator Dep. Pedro Uczai
• 12/09/2007	Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher	Parecer do(a) Dep. Pedro Uczai FAVORÁVEL com emenda(s) Modificativa(s)
• 03/10/2007	Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher	Vista ao(s) Deputado(s) Elizeu Mattos
• 05/12/2007	Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher	Voto Vistas do(a) Dep. Elizeu Mattos FAVORÁVEL ao Parecer do Relator com emenda(s) Modificativa(s)
• 05/12/2007	Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher	Em reunião da Comissão APROVADO por UNANIMIDADE o voto vistas do Dep. Elizeu Mattos
• 05/12/2007	Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher	Em Termo de Remessa, o Chefe de Secretaria da Comissão resume a manifestação da Comissão: Parecer FAVORÁVEL, com Emenda(s) Modificativa(s)
• 10/12/2007	Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher	Encaminhado à Coordenadoria das Comissões
• 10/12/2007	Coordenadoria das Comissões	Recebido
• 10/12/2007	Coordenadoria das Comissões	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
• 10/12/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido
• 10/12/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Distribuído ao Relator Dep. Pedro Uczai

• 10/12/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Encaminhado ao Gabinete Dep. Pedro Uczai
• 10/12/2007	Gabinete Dep. Pedro Uczai	Recebido
• 18/12/2007	Gabinete Dep. Pedro Uczai	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
• 18/12/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido
• 18/12/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Parecer do(a) Dep. Pedro Uczai FAVORÁVEL Modificativa(s)
• 18/12/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Vistas ao Dep. Gelson Merísio
• 18/12/2007	Comissão de Constituição e Justiça	Encaminhado ao Gabinete Dep. Gelson Merísio
• 18/12/2007	Gabinete Dep. Gelson Merísio	Recebido
• 03/02/2009	Gabinete Dep. Gelson Merísio	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
• 16/02/2009	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido
• 11/11/2010	Comissão de Constituição e Justiça	Redistribuído ao Relator por abdicação do relator indicado Dirceu Dresch
• 05/03/2009	Comissão de Constituição e Justiça	Encaminhado ao Gabinete Dep. Pedro Uczai
• 05/03/2009	Gabinete Dep. Pedro Uczai	Recebido
• 24/02/2010	Gabinete Dep. Pedro Uczai	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
• 30/03/2010	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido
• 16/12/2010	Comissão de Constituição e Justiça	Encaminhado à Coord. das Comissões por Chamado da Presidência
• 16/12/2010	Coordenadoria das Comissões	Recebido
• 16/12/2010	Coordenadoria das Comissões	Encaminhado à Coordenadoria de Expediente
• 16/12/2010	Coordenadoria de Expediente	Recebido
• 16/12/2010	Coordenadoria de Expediente	Arquive-se de Acordo com o Regimento Interno - Final de Legislatura
• 17/12/2010	Coordenadoria de Expediente	Encaminhado à Coordenadoria de Documentação
• 17/12/2010	Coordenadoria de Documentação	Recebido
• 17/12/2010	Coordenadoria de Documentação	Arquivado



**ANEXO 05****PROJETO DE LEI Nº 0360.0/2007 – ESTADO DE SANTA CATARINA****PROJETO DE LEI**

Proíbe a utilização de animais selvagens, domésticos ou domesticados, nativos ou não, em espetáculo de circo itinerantes realizados em todo o Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibido a utilização de animais selvagens, domésticos ou domesticados, nativos ou não, em espetáculos de circo itinerantes realizados em todo o Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Fica vedada a concessão de alvará de funcionamento aos circos, cujos atrativos incluam a exibição ou exploração de animais.

Art. 3º Aqueles que infringirem esta Lei estarão sujeitos à multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por espetáculo, sem prejuízo da apreensão dos animais utilizados nos espetáculos e das providências judiciais eventualmente cabíveis.

Art. 4º Caberá aos agentes de fiscalização da Fatma e da Polícia Militar Ambiental o fiel cumprimento destes dispositivos.

Art. 5º Os animais apreendidos serão encaminhados a abrigos, jardins zoológicos, criadouros conservacionistas ou a outros locais de proteção à fauna assim reconhecido pelo Poder Público.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Onofre Santo Agostini

**JUSTIFICATIVA**

Os animais, para que perfaçam esses números tão contrários à sua natureza são previamente submetidos a cruel condicionamento. Escravizados durante toda sua vida, precisam executar sua *performance* na forma como lhes é induzida, caso contrário sofrerão castigos ou privações.

A idéia de um circo sem animais, originárias da Europa, vem ganhando força no Brasil. As cidades de Blumenau, Florianópolis, Videira, Joinville e Jaraguá do Sul já têm leis proibitivas a circos com animais. Nos estados do Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro existe, igualmente, legislação nesse sentido.

Daí a importância da aprovação desta proposta legislativa. Ao mostrar a dolorosa verdade dos picadeiros, afastar-se-á o véu que encobre a miserável condição dos animais que neles atuam. E o circo poderá, enfim, resgatar o que possui de mais legítimo e verdadeiro: a alegria, tão somente ela, sem dor, violência ou opressão.

## ANEXO 06

### ESPELHO DO PROJETO DE LEI Nº 0026.0/2011 – ESTADO DE SANTA CATARINA

<b>Informações Completas sobre a Tramitação da Proposição</b>		
Proposição	Projeto de Lei	Projeto Original
Número	<b>PL./0026.0/2011</b>	
Transformação de Proposições	PL./0026.0/2011	
Proponente	Legislativo	
Autor	Jorge Teixeira	
DataEntrada	15/02/2011	
Regime	ORDINÁRIO	
Ementa	Proíbe a utilização de animais selvagens, domésticos ou domesticados, nativos ou não, em espetáculos de circo realizados em todo o Estado de Santa Catarina.	

Data	Setor	Ação
<b>PL./0026.0/2011</b>		
• 15/02/2011	Coordenadoria de Expediente	Lido no Expediente
• 16/02/2011	Coordenadoria de Expediente	Autuado
• 16/02/2011	Coordenadoria de Expediente	À Publicação - D.A. 6.251, de 16/02/11
• 16/02/2011	Coordenadoria de Expediente	Encaminhado à Coordenadoria das Comissões
• 16/02/2011	Coordenadoria das Comissões	Recebido
• 16/02/2011	Coordenadoria das Comissões	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
• 16/02/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido
• 16/02/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Distribuído ao Relator Dep. Maurício Eskudlark
• 16/02/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Encaminhado ao Gabinete Dep. Maurício Eskudlark
• 17/02/2011	Gabinete Dep. Maurício Eskudlark	Recebido
• 29/03/2011	Gabinete Dep. Maurício Eskudlark	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça
• 29/03/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Recebido
• 29/03/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Parecer do(a) Dep. Maurício Eskudlark FAVORÁVEL com emenda(s) Substitutiva Global
• 29/03/2011	Comissão de Constituição e Justiça	Vistas ao Dep. Elizeu Mattos

- 29/03/2011 Comissão de Constituição e Justiça Vistas ao Dep. Dirceu Dresch
- 29/03/2011 Comissão de Constituição e Justiça Encaminhado ao Gabinete Dep. Elizeu Mattos
- 29/03/2011 Gabinete Dep. Elizeu Mattos Recebido

**ANEXO 07****PROJETO DE LEI Nº 0026.0/2011 – ESTADO DE SANTA CATARINA****PROJETO DE LEI N.º 026/11**

Proíbe a utilização de animais selvagens, domésticos ou domesticados, nativos ou não, em espetáculos de circo realizados em todo o Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibida a utilização de animais selvagens, domésticos ou domesticados, nativos ou não, em espetáculos de circo realizados em todo o Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Fica vedada a concessão de alvará de funcionamento aos circos, cujos atrativos incluam a exibição ou exploração de animais.

Art. 3º Aqueles que infringirem esta Lei estarão sujeitos a multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por espetáculo, além da apreensão dos animais utilizados nos espetáculos e das providências judiciais eventualmente cabíveis.

Parágrafo único. Os animais apreendidos serão encaminhados a abrigos, jardins zoológicos, criadouros conservacionistas ou a outros locais de proteção à fauna assim reconhecido pelo Poder Público.

Art. 4º Caberá aos agentes de fiscalização da Fatma e da Polícia Militar Ambiental o fiel cumprimento desses dispositivos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Jorge Teixeira

**JUSTIFICATIVA**

No ano de 2007, o Deputado Onofre Santo Agostini apresentou a esta Casa Legislativa proposição que trata da proibição de utilizar animais selvagens, domésticos ou domesticados, nativos ou não, em espetáculos de circo realizados em todo o Estado de Santa Catarina.

No dia 16 de dezembro de 2010, foi arquivado o Projeto de Lei nº 0360.0/2007, de acordo com Regimento Interno, por se tratar de final de Legislatura.

Desta forma, por considerar justa e meritória a proposta do eminente Deputado, reapresento a referida matéria, acreditando que é dolorosa a realidade dos picadeiros e que é necessário afastar o véu que encobre a miserável condição dos animais que neles atuam. E o circo poderá, enfim, resgatar o que possui de mais legítimo e verdadeiro: a alegria, tão somente ela, sem dor, violência ou opressão.

Deputado Jorge Teixeira

**ANEXO 08****ESPELHO DO PROJETO DE LEI Nº 118/2002 – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL****Proposição: PL 118 2002**

Acompanhar Matéria

Fechar

Proponente: Manoel Maria  
Situação: Arquivado(a) em 19/12/2005  
Tramitação: ARQUIVO - envio em 19/12/2005  
 Legislação: Tipo: Número:  
 Processo nº: 20929.01.00/02-6  
 Assunto: espetáculo animal circo multa  
 Ementa: Proíbe a apresentação de espetáculos circenses ou similares que tenham como atrativo a exibição de animais de qualquer espécie, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.  
 Votação:  
 Prop. Referida:

Texto	Justificativa	Emendas	Pareceres	Pauta
Proposição: PL 118 2002				
De	Para	Data Envio	Motivo	Fechar
DAL	PROTOCOLO	10/04/2002	Para Providências	
PROTOCOLO	DAL	10/04/2002	Para Providências	
DAL	CCJ	24/04/2002	Para Parecer	
CCJ	DAL	30/04/2002	Para Providências	
DAL	CCJ	30/04/2002	Para Providências	
CCJ	VILSON COVATTI	30/04/2002	Para Parecer	
VILSON COVATTI	CCJ	17/12/2002	Para Providências	
CCJ	DAL	17/12/2002	Para Providências	
DAL	ARQUIVO	26/12/2002	Para Arquivamento	
ARQUIVO	DAL	26/02/2003	Para Providências	
DAL	CCJ	17/03/2003	Para Parecer	
CCJ	BERNARDO DE SOUZA	25/03/2003	Para Parecer	
BERNARDO DE SOUZA	CCJ	09/04/2003	Para Providências	
CCJ	DAL	23/04/2003	Para Providências	
DAL	CSMA	25/04/2003	Para Parecer	
CSMA	DAL	18/06/2003	Parecer Favorável	
DAL	CECDCT	23/06/2003	Para Parecer	
CECDCT	DAL	15/12/2003	Para Providências	

DAL	ARQUIVO	16/12/2003	Para Arquivamento
ARQUIVO	DAL	17/02/2005	Para Providências
DAL	CECDCT	23/02/2005	Para Parecer
CECDCT	EDSON PORTILHO	10/03/2005	Para Parecer
EDSON PORTILHO	CECDCT	04/05/2005	Para Providências
CECDCT	FREI SÉRGIO	06/09/2005	Pedido de Vistas
FREI SÉRGIO	CECDCT	16/12/2005	Para Providências
CECDCT	DAL	16/12/2005	Para Providências
DAL	ARQUIVO	19/12/2005	Para Arquivamento

## **ANEXO 09**

### **PROJETO DE LEI Nº 118/2002 – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

---

#### **Projeto de Lei nº 118 /2002**

Deputado(a) Manoel Maria

Proíbe a apresentação de espetáculos circenses ou similares que tenham como atrativo a exibição de animais de qualquer espécie, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

Art.1º – Fica proibida, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a apresentação de espetáculos circenses ou similares que tenham como atrativo a exibição de animais de qualquer espécie.

Art.2º – Os animais, referidos no artigo 1º, compreendem todo ser irracional, quadrúpede ou bípede, doméstico ou selvagem.

Art.3º – Não se aplicará a proibição previstas no art.1º quando se tratar de eventos sem fins lucrativos, de natureza científica, educacional ou protetional.

Art.4º – O descumprimento às disposições previstas nesta lei implicará em multa de 10.000 UFIR ( dez mil unidades de referência).

Parágrafo Único – A multa a que se refere este artigo será aplicada pelos órgãos competentes do Poder Executivo do Estado e revertida para as instituições de proteção e cuidado aos animais situados no âmbito do Estado.

Art.5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Manoel Maria dos Santos, Deputado Estadual – PTB.

Deputado(a) Manoel Maria

#### **JUSTIFICATIVA**

Os espetáculos circenses ou similares, trazem quase sempre animais das mais variadas espécies; não raro vemos, hoje em dia, notícias de animais abandonados ou de ataques a espectadores por feras esfomeadas ou raivosas, por falta de cuidados ou abandonadas a própria sorte pelos proprietários destas casas de espetáculos ambulantes, pois, os mesmos já não os servem.

Assim, muitas vezes a população, sem qualquer conhecimento técnico, os alimenta ou lhes aplica remédios para curar suas feridas, até a chegada de uma unidade especializada para que tomem as providencias cabíveis.

Pelo acima exposto, torna-se imperioso estabelecer medidas limitadoras a estes espetáculos, a fim de desestimular o uso de animais como forma de ganho fácil em certos tipos de empreendimentos, ditos de diversão.

Sala das Sessões,


Deputado Manoel Maria – PTB.

Deputado(a) Manoel Maria

**ANEXO 10****ESPELHO DO PROJETO DE LEI Nº 108/2007 – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL****Proposição: PL 108 2007**

Acompanhar Matéria

Fechar

Proponente: Miki Breier  
Situação: Sancionado(a) em 24/06/2008  
Tramitação: ARQUIVO - envio em 05/06/2008  
Legislação: Tipo: Lei Nº 12994   
Processo nº: 20383.01.00/07-2  
Assunto: animal silvestre nativo exótico circo espetáculo apresentação  
Ementa: Proíbe a utilização de animais silvestres, nativos ou exóticos em exposições nos circos ou estabelecimentos similares no Estado do Rio Grande do Sul. Obs: Aprovado o Substitutivo nº 1, prejudicando a proposição inicial na Sessão ordinária de 03/06/2008)  
Votação: SIM 26 - NÃO 18

## Prop. Referida:

Texto	Justificativa	Emendas	Pareceres	Legislações	Proposições Associadas
Pauta					

## Proposição: PL 108 2007

Fechar

De	Para	Data Envio	Motivo
DAL	PROTOCOLO	28/03/2007	Para Providências
PROTOCOLO	DAL	28/03/2007	Para Providências
DAL	CCJ	13/04/2007	Para Parecer
CCJ	ALEXANDRE POSTAL	09/05/2007	Para Parecer
ALEXANDRE POSTAL	CCJ	24/10/2007	Para Providências
CCJ	ADILSON TROCA	19/02/2008	Pedido de Vistas
ADILSON TROCA	CCJ	21/02/2008	Em Andamento
CCJ	FREDERICO ANTUNES	18/03/2008	Pedido de Vistas
FREDERICO ANTUNES	CCJ	18/03/2008	Para Providências
CCJ	DAL	29/04/2008	Parecer Favorável
DAL	PROTOCOLO	04/06/2008	A Ser Sancionado
PROTOCOLO	ARQUIVO	05/06/2008	Para Arquivamento



## **ANEXO 11**

### **PROJETO DE LEI Nº 108/2007 – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

---

#### **Projeto de Lei nº 108 /2007**

Deputado(a) Miki Breier

Proíbe a utilização de animais silvestres, nativos ou exóticos em exposições nos circos ou estabelecimentos similares no Estado do Rio Grande do Sul.Obs: Aprovado o Substitutivo nº 1, prejudicando a proposição inicial na Sessão ordinária de 03/06/2008)

Art. 1o. Fica expressamente proibida a utilização, em todo o território do Rio Grande do Sul, de animais silvestres, nativos ou exóticos, em circos ou estabelecimentos similares, como atrativo, em suas apresentações.

Art. 2o. Nesta proibição não estão incluídos animais domésticos adestrados, e que gozem de excelentes cuidados de sanidade e trato, devendo possuir local adequado para seu descanso e alimentação, não podendo ficar submetidos a jaulas, correntes, ou outros meios de aprisionamento.

Art. 3o. Os animais utilizados pelos estabelecimentos de que trata esta Lei, deverão possuir controle de zoonoses, passado por médico veterinário responsável, atestando, inclusive, a situação de saúde de cada um, controle este que deverá ser feito anualmente.

Art. 4o. O descumprimento desta Lei acarretará na imediata interdição do estabelecimento, bem como na apreensão dos animais, cujos deverão ser albergados em instituições públicas ou privadas, designadas por qualquer dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA -, a fim de serem avaliados por médicos veterinários e dada sua destinação mais adequada.

Art. 5o. Os responsáveis pelos estabelecimentos que descumprirem a presente Lei, estarão sujeitos às sanções do art. 32 da Lei Federal nº. 9605/98.

Art. 6o. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões,

Deputado(a) Miki Breier

#### **JUSTIFICATIVA**

Há movimentos mundiais que lutam pelo fim dos espetáculos circenses ou similares que utilizem animais potencialmente protegidos pelas leis ambientais, mantendo-os em cativeiro forçado.

Animais silvestres, nativos ou exóticos não foram concebidos para viverem em celas, jaulas, correntes, mas para harmonizarem-se com a natureza da qual fazem parte essencial; nem mesmo para viverem cativos no meio antrópico, nas cidades, fazendas, sítios, ou qualquer outro reduto que não o natural.

Comuns são as notícias de circos ou similares que mantêm animais em suas apresentações, onde estes aparecem sofridos, maltratados, doentes, subnutridos, causando-lhes posturas depressivas e até agressivas. Não há acompanhamento de médicos veterinários, de nutricionistas especializados em nutrição animal, biólogos, ou profissionais que conheçam as espécies mantidas em cativeiro, a fim de que minimizem o sofrimento do animal por se ver alijado de sua natural liberdade.

Se, outrora, ao espetáculo circense estava atrelada a atração dos animais exóticos amestrados, hoje novo conceito se incorpora a esta atividade de diversão: o da substituição dos animais pelos artistas humanos, excepcionalmente treinados e preparados para um belo show, gerando oportunidades para atletas das mais diversas especialidades, ilusionistas, comicos e palhaços.

Porém, este projeto não proíbe a utilização dos animais domésticos e adestrados, desde que se cumpram rigorosos preceitos de respeito às espécies e cuidados a sua saúde e bem estar. Podem utilizar cães, gatos, eqüinos, suínos, bovinos, caprinos, ou seja, toda espécie animal reconhecidamente doméstica.

A fiscalização e as sanções que complementam esta Lei, sem as quais será inócua, estão em consonância com o maior diploma ambiental em voga no País: a Lei dos Crimes Ambientais (ou Delitos Ecológicos), ou seja, a Lei Federal nº. 9605/98, considerada, pela maioria dos juristas, como uma das de maior significância ambiental para a Humanidade.

Os relatos de maus tratos, verdadeiras barbáries cometidas contra espécies animais, recheiam os sites da Internet, denúncias efetivadas por ONG's e por outras instituições e associações de pessoas que criaram uma rede em defesa dos animais, tanto àqueles que são colocados em rinhas para lutas sangrentas, quanto para os que recebem "adestramento" à base de sofrimento e dor e são apresentados em picadeiros de circos para o deleite de crianças que não imaginam os castigos a que estes animais são submetidos.

Os animais em circos vivem confinados e acorrentados em pequenas jaulas, sem a mínima condição de higiene. Em geral, são espancados com barras de ferro, pedaços de pau e estão sujeitos à choques elétricos. Condenados a viver enjaulados e diariamente torturados até o fim de suas vidas, seus filhotes são vistos como excedente; os velhos e doentes, muitas vezes são vendidos para laboratórios, ou ainda abandonados em praças públicas, parques, galpões e até mesmo em centros urbanos.

Para sujeitarem-se aos seus "domadores", são espetados com objetos pontiagudos, queimados em brasas e passam fome e sede.

As maiores campanhas, hoje, levadas à cabo por ONG's como a PEA ([www.pea.org.br](http://www.pea.org.br)) e o Rancho dos Gnomos ([www.ranchodosgnomos.org.br/savana/](http://www.ranchodosgnomos.org.br/savana/)), são as que incentivam as pessoas a assistirem somente a espetáculos onde não são utilizados animais, tais como o Cirque Du Soleil, famoso por seus artistas dos mais renomados. Diz o PEA: "Os maiores e melhores circos do mundo NÃO utilizam animais em seus espetáculos. Mude essa realidade, não vá a circos que usam animais em seus "espetáculos". Diga Não à crueldade."

Sala das Sessões, em 26 de março de 2007

Deputado(a) Miki Breier

## **ANEXO 12**

### **LEI Nº 12.994/2008 – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

---

#### **LEI Nº 12.994, DE 24 DE JUNHO DE 2008.**

(publicada no DOE nº 120, de 25 de junho de 2008)

Proíbe a utilização de qualquer espécie de animal em exibições de circos, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - É vedada a utilização de qualquer espécie de animal em circos, como atrativo de suas apresentações, no território do Rio Grande do Sul.

Art. 2º - O descumprimento desta Lei acarretará na imediata interdição do estabelecimento, bem como na apreensão dos animais, que deverão ser albergados em instituições públicas ou privadas, designadas por qualquer dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA -, a fim de serem avaliados por médicos veterinários e receberem uma destinação mais adequada.

Art. 3º - Os responsáveis pelos estabelecimentos que descumprirem a presente Lei, estarão sujeitos às sanções do art. 32 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 24 de junho de 2008.